

 SICOOB COCRED

RELATÓRIO DE GESTÃO

2021



**SICOOB COCRED COOPERATIVA DE CRÉDITO**

Av. João Bombonato, 168 | Jardim Montecarlo | Sertãozinho/SP
 CEP 14161-050 | (16) 2105.3800
 sicoobcocred.com.br

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**Presidente do Conselho de Administração**

Giovanni Bartoletti Rossanez

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Antonio Carlos Giroto

Conselheiros Vogais

Alessandro José Zampronio

Frederico José Dalmaso

Gustavo Zanini Sverzut

Sebastião Ferreira Jacintho

Silvio Lovato

CONSELHO FISCAL

Alberto Borges Júnior

Marco Antonio Paschoal

Nêmora Gimenes Maschietto

Marcelo de Felício (suplente)

Otávio de Freitas Tavares (suplente)

Rosemary Lorençon Annibal (suplente)

DIRETORIA EXECUTIVA**Diretor Administrativo e Financeiro**

Antonio Cláudio Rodrigues

Diretor de Negócios

Gabriel Jorge Pascon

Diretor de Crédito

Marcos Roberto Petri

Diretor de Controles Internos e Riscos

Juliano dos Santos Bomfim



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	04
NOSSO PERFIL	07
DE ONDE VIEMOS	08
NOSSO JEITO DE SER	09
ONDE ESTAMOS	10
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	11
NOSSA NOVA SEDE ADMINISTRATIVA	12
PRODUTOS E SERVIÇOS	13
GOVERNANÇA	15
ESTRUTURA DA ALTA ADMINISTRAÇÃO	16
INSTRUMENTOS DE GESTÃO	18
AMBIENTE DE NEGÓCIOS RESPONSÁVEL	19
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	21
PREOCUPAÇÃO COM A COMUNIDADE	22
EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO	23
SUSTENTABILIDADE	24
GANHO SOCIAL DO COOPERADO	24
RELACIONAMENTO	27
NOSSAS PESSOAS	28
DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO	31
SEGURANÇA E SAÚDE	32
BENEFÍCIOS	33
NOSSOS COOPERADOS	34
INDICADORES DE DESEMPENHO	37
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	41
BALANÇO PATRIMONIAL	42
DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS	44
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	46
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	46
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	48
NOTAS EXPLICATIVAS	50
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	96
PARECER DO CONSELHO FISCAL	99

ÍNDICE



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Compartilho excelentes notícias. Vencemos os desafios de 2021! Enquanto o mundo enfrentava o pior momento da pandemia da COVID-19, com municípios decretando lockdown e registrando o maior número de mortos da história recente, continuamos trabalhando sem medir esforços, estendendo a mão e apoiando os cooperados em suas mais diversas necessidades.

Esse trabalho se refletiu nas comunidades e, como consequência, fortalecemos nossa posição entre as maiores e mais respeitadas cooperativas de crédito do Brasil. Evoluímos em todos os indicadores de desempenho, registramos o maior resultado da história, ampliamos nossa rede de atendimento e ainda concretizamos um sonho antigo: a conquista da sede própria.

A inauguração do Centro Administrativo Cocred Antonio Eduardo Toniolo representa mais do que uma necessidade técnica e operacional. É a oportunidade de atendermos cada vez melhor os nossos cooperados e toda a comunidade, e não apenas com serviços financeiros diferenciados, mas oferecendo educação, informação e cultura.

Porque muito mais do que um modelo socioeconômico, cooperar é um ato intrínseco ao ser humano e a grandiosidade da nossa cooperativa reside, justamente, em colaborar na cons-

trução de sociedade mais justa e equilibrada. É porque atuamos dessa forma, sempre embasados nos princípios cooperativistas, que mantivemos o ritmo de crescimento no último ano.

Nossos ativos passaram de R\$ 5,4 bilhões para R\$ 7,2 bilhões, um aumento de 32% em um ano. Já o número de cooperados chegou a 48.238, crescimento de 10%. Principal indicador de solidez e resiliência da cooperativa, o patrimônio líquido evoluiu 16%, passando de R\$ 806 milhões, em 2020, para R\$ 938,2 milhões, no fechamento de 2021.

A carteira de crédito, por sua vez, evoluiu 24%, passando de R\$ 3,5 bilhões para R\$ 4,3 bilhões. Isso demonstra que estamos fomentando negócio, gerando empregos, movimentando a cadeia produtiva e de desenvolvimento nas cidades onde estamos presentes, cumprindo o nosso papel de sermos a principal instituição financeira dos nossos cooperados.

Registramos ainda uma evolução de 31% em depósitos à vista, a prazo, aplicações em Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) e Letras de Crédito Imobiliário (LCI), que somaram R\$ 4,5 bilhões em 2021. Isso demonstra que nossos cooperados, e cada vez mais pessoas, acreditam na solidez e segurança da nossa cooperativa para aplicarem seus recursos.

Por fim, encerramos 2021 com o maior resultado da história: R\$ 103,9 milhões em Sobras brutas, mais do que o dobro do valor registrado em 2020. Desse total, R\$ 20,3 milhões já retornaram aos cooperados na forma de remuneração sobre o Capital Social. Os valores foram creditados nas Contas Capitais em 31 de dezembro de 2021.

É importante destacar que, mais uma vez, assumimos o compromisso de remunerar o Capital Social em 100% da taxa Selic, índice máximo determinado por lei – a taxa básica de juros acumulada ao longo de 2021 correspondeu a 4,52%. Na prática, a remuneração bruta do Capital Social foi 45% superior ao rendimento da poupança no período.

No campo social, pelo segundo ano consecutivo, doamos cestas básicas a famílias em dificuldade financeira e que já viviam em situação de risco antes mesmo do novo coronavírus. Ao todo, foram distribuídas 5.100 cestas, o equivalente a 110 toneladas de alimentos, nas regiões de Sertãozinho, Ribeirão Preto, Franca, Marília e Barretos.

Em dezembro, 29 entidades sociais e assistenciais – uma em cada município onde estamos presentes – também receberam uma doação especial, que totalizou R\$ 50 mil. O objetivo dessa ação foi amenizar as dificuldades financeiras enfrentadas por essas instituições que, durante todo o ano, se dedicam a fazer o bem ao próximo.

Em paralelo a esse trabalho e embasados no Planejamento Estratégico de crescimento com sustentabilidade, eficiência e inovação, e cumprindo ainda o nosso compromisso com a ética, a integridade e o respeito à diversidade, dedicamos esforços aos nosso time de colaboradores, que representa a base do nosso sucesso.

Nesse sentido, destaco a implantação do Programa de Endomarketing, do Programa de Gestão de Desempenho (PGD) e do setor de Assistência Social e Cultural (AS&C), subordinado ao departamento de Recursos Humanos, e a realização de campanhas de ressignificação da cultura organizacional e de melhoria do ambiente corporativo. Todas essas ações frutificaram.

Graças ao reconhecimento e à avaliação positiva dos 601 colaboradores, em nossas 35

agências e na sede administrativa, conquistamos pela primeira vez na história o selo Great Place to Work (GPTW) e, em decorrência dele, fomos premiados como uma das 20 Melhores Empresas para se Trabalhar no interior de São Paulo – ranking médias empresas.

Enfim, trabalhamos muito e incansavelmente. Ressalto ainda a dedicação dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, e a atuação dos diretores Executivos e superintendentes, sempre trabalhando com sinergia e obstinação, em busca dos melhores resultados e negócios para os nossos cooperados.

Por fim, com o intuito de sermos ainda mais transparentes em nossas relações, identificamos a oportunidade de aperfeiçoar esse relatório, agregando não só os indicadores econômicos, como informações relevantes de governança e ações socioambientais (ESG).

Os números que serão apresentados a seguir comprovam que estamos no caminho certo. E continuaremos dessa forma, administrando com os pés no chão e os olhos no futuro, respeitando nossos valores e mantendo sempre as pessoas no centro das nossas ações.

Giovanni Bartoletti Rossanez
Presidente do Conselho de Administração

**Encerramos 2021
com o maior resultado
em 52 anos de história:
R\$ 103,9 milhões em Sobras
brutas, mais do que o dobro
do valor registrado em 2020.**



NOSSO **PERFIL**



DE ONDE VIEMOS

NOSSO JEITO DE SER

ONDE ESTAMOS

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

NOSSA NOVA SEDE
ADMINISTRATIVA

PRODUTOS E SERVIÇOS



DE ONDE VIEMOS

Nascemos do agronegócio, da necessidade de estimular e fortalecer a atividade agropecuária na região de Sertãozinho, a partir de taxas de financiamento menores e prazos mais acessíveis. E seguimos trabalhando dessa forma nos últimos 53 anos, sempre buscando oferecer as melhores soluções financeiras para promover desenvolvimento econômico e social.

Em 2003, passamos a integrar o Sistema de Cooperativas Financeiras do Brasil (Sicoob), o que ampliou a nossa capacidade de concessão de crédito e nos permitiu oferecer mais benefícios aos cooperados. Expandimos nossa área de atuação, abrimos as portas para pessoas físicas e jurídicas de todos os ramos de atividade e diversificamos a carteira de produtos e serviços.

Organizamos nossa atuação para ser referência em cooperativismo financeiro. Fomos a primeira cooperativa de crédito rural do Brasil a disponibilizar o serviço de Internet Banking, em 2004, a primeira do segmento a obter a certificação ISO 9001:2000, em 2006, e a primeira cooperativa de crédito do país a oferecer a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), em 2010.

Também nos estruturamos para sermos agentes de transformação e prosperidade onde estamos inseridos. Isso passa pelo compromisso de trabalhar com foco no cooperado e na comunidade onde ele vive, promovendo soluções e experiências inovadoras, e sustentáveis, por meio da cooperação, seja a partir dos nossos negócios, operações ou relacionamentos.

Por tudo isso e, principalmente, porque atuamos embasados em valores sólidos e humanos, enraizados nos princípios cooperativistas, nos tornamos a terceira maior cooperativa de crédito do Brasil e a segunda maior do Sicoob em volume de ativos.

NOSSO PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.



NOSSO JEITO DE SER

Respeitamos e valorizamos as pessoas

Cooperar é somar esforços por um objetivo comum. É uma forma de economia solidária, democrática e justa, que valoriza as pessoas e visa ao bem de todos. Prezamos por uma gestão de pessoas para pessoas, priorizando o respeito, o desenvolvimento e o bem-estar daqueles com quem nos relacionamos: cooperados, colaboradores e parceiros de negócios.

Atuamos pautados na excelência, no cooperativismo e na sustentabilidade

Acompanhamos de perto a economia e seus mercados. Por isso, estamos sempre prontos a oferecer soluções ágeis, modernas e sustentáveis. Além disso, compartilhando os resultados com os cooperados e aplicando os recursos captados na própria comunidade, movimentamos a economia local, fomentamos os negócios, criamos oportunidades de emprego e renda.

Somos transparentes e éticos

Nosso modelo de negócio é colaborativo e nossa gestão é democrática. Todos participam das decisões, dividem as responsabilidades e os resultados. Atuando dessa forma, com ética e transparência, trilhamos um caminho mais igualitário e justo para todos, valorizando o que cada um tem de melhor e atuando no desenvolvimento sustentável das comunidades.

Nossos líderes são modelos para suas equipes

Nosso maior ativo são as pessoas. Trabalhamos pelo desenvolvimento contínuo das equipes, pela melhoria do clima organizacional e para tornar cada colaborador um diferencial competitivo. Investimos na formação de líderes disruptivos, capazes de atuar de forma empática e, ao mesmo tempo, estratégica, para transformar ideias em realidade de negócio.

Buscamos a inovação a partir da simplicidade

Prezamos por uma cultura de compartilhamento de ideias, um ambiente criativo e de inovação. Acreditamos que dos questionamentos mais simples nascem as melhores soluções. Por isso, nos desafiamos para que as melhores ideias tenham espaço e prosperem, tornando-se produtos e serviços cada vez mais eficazes aos cooperados e à comunidade.



ONDE ESTAMOS

Contamos com **35 postos de atendimento** distribuídos em **29 municípios de São Paulo e Minas Gerais**. Em muitas dessas localidades, somos a principal forma de acesso a crédito e outros serviços financeiros, nos destacando com taxas justas, tarifas reduzidas, atendimento próximo e personalizado. É isso que faz a diferença no atendimento das necessidades dos cooperados.

Nossas agências seguem critérios de acessibilidade e contam com espaços favoráveis à convivência e ao relacionamento interpessoal. Sempre que necessário, novas intervenções são realizadas para garantir esses requisitos. Por isso, estamos reformulando constantemente nossos projetos, de forma a adequá-los aos mais altos padrões.

Em 2021, apesar de todos os desafios impostos pela pandemia, reformamos e modernizamos as agências em Pontal e Ocaçu, e inauguramos outras três: uma em São José do Rio Preto, outra em Sertãozinho – o quarto posto de atendimento na cidade onde a cooperativa nasceu – e mais uma em Uberlândia, a primeira unidade da Sicoob Cocred em Minas Gerais.

Barretos | Barrinha | Bastos
 Batatais | Cajobi | Cajuru
 Cravinhos | Franca | Jaborandi
 Jardinópolis | Lins | Marília
 Monte Alto | Morro Agudo
 Ocaçu | Paulo de Faria
 Pitangueiras | Pontal | Ribeirão Preto
 Santa Rosa de Viterbo
 São José do Rio Preto | Serrana
 Sertãozinho | Severínia | Terra Roxa
 Tupã | Uberlândia
 Vera Cruz | Viradouro

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

A transformação digital é uma realidade na Sicoob Cocred, porque entendemos que a tecnologia é fundamental para atingirmos nossos objetivos e continuarmos evoluindo. Mas isso não significa abrir mão do atendimento humanizado e do foco nas pessoas. Mesmo com uma conta digital, o cooperado continua recebendo atendimento exclusivo e próximo de um gerente.

No último ano, triplicamos nossa presença no ambiente virtual. Encerramos 2021 com 2.334 contas digitais. Desse total, 90% são pessoas físicas, que residem em 206 municípios de quase todos os estados brasileiros e cuja média de idade é de 32 anos. Isso demonstra que a jornada digital pela qual estamos passando permitiu ampliarmos nosso alcance geográfico, bem como atingirmos novos segmentos, como o público jovem.

Contas Digitais Abertas por Ano



Nossa estratégia tem por objetivo transformar os canais digitais em um elemento-chave na conquista de cooperados e numa alavanca de produtos e serviços, a partir de um ambiente que possibilita uma maior interação e conexão entre cooperado e cooperativa. Só no último ano, 15.059 cooperados estavam cadastrados no aplicativo Sicoob.

Em 2021, também registramos 111 milhões de transações pelos canais digitais, como Internet Banking e aplicativos. Isso representa um crescimento de 78% na comparação com 2020, quando foram registradas 62,4 milhões de operações pelos nossos sistemas digitais.

Evolução das Transações em Canais Digitais





NOSSA NOVA SEDE ADMINISTRATIVA

Nossa sede administrativa está localizada em Sertãozinho, cidade onde a cooperativa nasceu. O edifício com seis pavimentos e terraço foi construído na Avenida João Bombonato, n.º 168, no Jardim Montecarlo. Ao todo, são 8.400 metros quadrados de área construída. A fachada conta com 3 mil metros quadrados de vidro e o estacionamento comporta 155 veículos.

Projetado em conceito Open Space Office, sem paredes ou divisórias entre os departamentos, o Centro Administrativo Cocred conta com auditório modular com capacidade para até 263 pessoas, biblioteca, espaço cultural, museu, refeitório, ambulatório, lactários e três salas de reunião por andar, além de área de descanso para os colaboradores que atuam no local.

Em homenagem a um dos primeiros cooperados e ex-presidente da Cooperativa, o Centro Administrativo Cocred recebeu o nome de Antonio Eduardo Toniello, empresário que dedicou a maior parte da sua vida às causas cooperativistas na região de Sertãozinho e que, atualmente, preside o Conselho de Administração da Copercana, coirmã da Sicoob Cocred.

Centro Administrativo Cocred conta com auditório modular com capacidade para até 263 pessoas, biblioteca, espaço cultural, museu, refeitório, ambulatório, lactários e três salas de reunião por andar, além de área de descanso para os colaboradores que atuam no local.

PRODUTOS E SERVIÇOS

Oferecemos um amplo leque de produtos e serviços financeiros personalizados para cada momento da vida dos nossos cooperados. Soluções ágeis, modernas e sustentáveis que facilitam seus projetos pessoais e profissionais, protegem seu patrimônio e garantem a saúde financeira dos seus negócios, sejam eles pequenos, médios ou grandes.

Contamos com praticamente todas as transações disponíveis em bancos convencionais, mas com muito mais vantagens e menos cobranças, afinal, nossos cooperados não são clientes, mas os donos do negócio. Nossos procedimentos e práticas são atualizados constantemente para estarem alinhados à realidade do mercado e possibilitarem um atendimento especializado.

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

- Crédito consignado
- Crédito pessoal
- Crédito rural
- Cheque especial e conta garantida
- Financiamento de veículos
- Linhas BNDES
- Capital de giro
- Financiamentos
- Antecipação de recebíveis

INVESTIMENTOS

- RDC
- RDC Escalonado
- LCA
- LCI
- Poupança
- Consórcio
- Previdência

SERVIÇOS

- Conta corrente
- Conta capital
- Conta empresarial
- Cartão de crédito e débito
- Vendas com cartão (Sipag)
- Seguro de Vida Individual
- Seguro de Vida Simples
- Seguro de Vida Mulher
- Seguro Empresarial
- Saque sem cartão
- DDA
- Cobrança bancária
- Pagamentos
- 2ª via de boletos





GOVERNANÇA



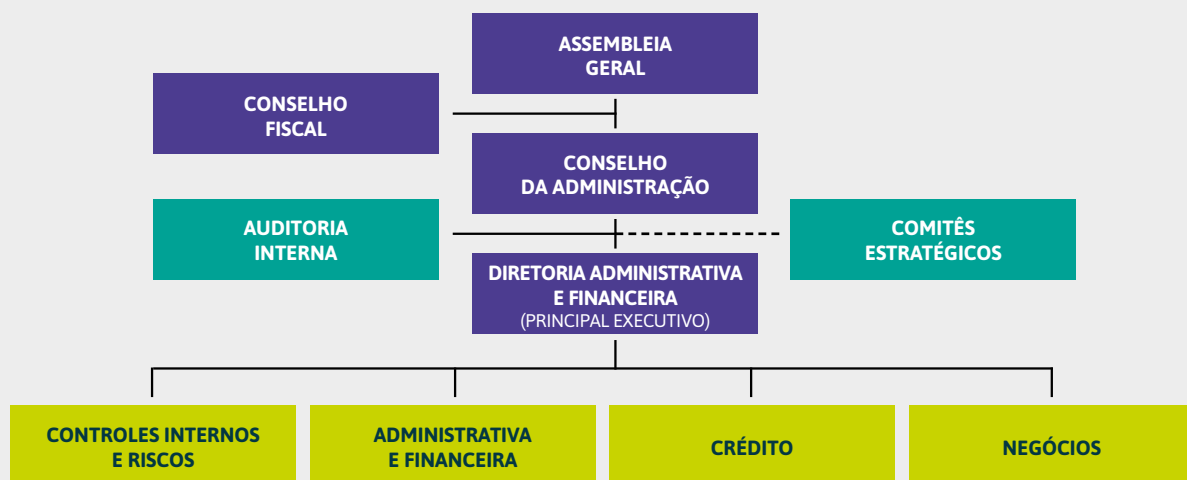
ESTRUTURA
DA ALTA ADMINISTRAÇÃO

INSTRUMENTOS DE GESTÃO

AMBIENTE
DE NEGÓCIOS RESPONSÁVEL



ESTRUTURA DA ALTA ADMINISTRAÇÃO



Mantemos uma governança corporativa estruturada, de forma a assegurar o alinhamento entre todos os setores da cooperativa, conferindo maior transparência, segurança e credibilidade ao processo de gestão. Todas as informações sobre compromissos assumidos, estrutura da alta administração, gestão de riscos, políticas relevantes e o Pacto de Ética estão disponíveis em nosso site institucional, no menu RCC – Relacionamento Com o Cooperado.

A **Assembleia Geral** – reunião de todos os cooperados, com poder individual de voto – é o órgão máximo da cooperativa. É nela que são tomadas as principais decisões de interesse comum, como alterações no Estatuto Social, aprovação das contas e a eleição dos membros do Conselho de Administração, que tem mandato de quatro anos consecutivos.

Órgão responsável pela fiscalização de toda a administração, o **Conselho Fiscal** supervisiona a parte financeira e administrativa, aprova a prestação de contas e assegura o cumprimento das decisões tomadas nas Assembleias, com poder de convocá-las sempre que identificar qualquer assunto que precisa ser apreciado e decidido pelos cooperados.

O **Conselho de Administração**, por sua vez, é responsável pelas políticas administrativas e

operacionais, pela aprovação do Planejamento Estratégico e do Plano de Continuidade de Negócios, pela indicação e supervisão da Diretoria Executiva e ainda por fiscalizar as operações, de modo a zelar pela proteção do capital dos cooperados.

Diretamente subordinada ao Conselho de Administração, a **Auditoria Interna** avalia sistemas e processos de controles internos integrados ao ambiente de gerenciamento de riscos e capital, e de governança corporativa, e presta consultoria, de forma independente e imparcial, visando ao aprimoramento da governança corporativa e do gerenciamento de riscos e controles.

Responsável pela gestão diária do negócio, a **Diretoria Executiva** é formada por quatro membros que gerenciam quatro grandes

áreas: Administrativa e Financeira, Negócios, Crédito e Controles Internos e Riscos. Cabe a esses diretores zelar, em outros aspectos, pela execução das políticas e diretrizes da Cooperativa, em conformidade com a legislação vigente.

É importante destacar que, tanto o Conselho de Administração, quanto a Diretoria Executiva, contam com o apoio fundamental dos nossos comitês, que colaboram no aprofundamento das discussões e na avaliação de assuntos estratégicos para as tomadas de decisões.

Comitê Colegiado de Crédito	Comitê de Proteção de Dados
Comitê de Ética	Comitê de Riscos, de Capital e de Compliance
Comitê de Fraudes	Comitê de Segurança da Informação
Comitê de Gestão Corporativa	Comitê de Automação de Processos
Comitê de Prevenção à Lavagem de Dinheiro	Comitê Educacional





INSTRUMENTOS DE GESTÃO

Processo contínuo, dinâmico, flexível, interativo e sistemático, o **Planejamento Estratégico** é utilizado para promover decisões, além de priorizar, implementar, monitorar e avaliar as ações da Cooperativa, sempre com base na análise de fatores internos e externos, que afetam ou podem afetar o negócio. O documento mais recente fixa os objetivos estratégicos até 2022.

O combate à corrupção e à discriminação é uma prática constante e sem concessões. Nossas políticas e códigos, e a área de Riscos, Controles Internos e Compliance, orientam a conduta da administração, dos colaboradores e até de parceiros de negócio, uma vez que promovemos a **Ética e a Integridade** não apenas internamente, mas em todos os nossos relacionamentos.

Contamos com **Auditoria Externa** realizada por uma das instituições que compõem a chamada *Big Four*, as quatro maiores empresas contábeis especializadas em auditoria e consultoria do mundo. A empresa audita as demonstrações financeiras da nossa Cooperativa e o sistema de controles internos, fornecendo pareceres e relatórios com recomendações para a alta administração.

Disponibilizamos diferentes **Canais de Comunicação** para que cooperados, colaboradores, fornecedores e parceiros de negócios possam ser atendidos em suas demandas, denúncias, críticas, comentários e sugestões. Nossos Canais de Comunicação são: Fale Conosco, Ouvidoria, Canal de Indícios de Ilícitude e Canal de Ética.



AMBIENTE DE NEGÓCIOS RESPONSÁVEL

Os departamentos e setores que compõem a área de **Riscos, Controles Internos e Compliance** formam a linha de defesa da Sicoob Cocred, sempre apresentando as melhores ferramentas de monitoramento e buscando soluções sustentáveis. É uma área em constante adaptação e evolução, que acompanha o dinamismo do mercado financeiro.

Nossa equipe de **Compliance** atua com independência para assegurar que todas as demais áreas da Sicoob Cocred sigam procedimentos e controles definidos em normativos internos e por órgãos reguladores, bem como prevenir a ocorrência de atividades que coloquem a Cooperativa em risco de sanções legais, de perda financeira ou ainda de reputação.

Trabalhamos de forma centralizada e integrada no **Gerenciamento de Riscos e de Capital**. Mas nossa cultura de riscos vai além de políticas e processos. Fortalecemos a responsabilidade individual e coletiva dos colaboradores, e promovemos um ambiente institucional íntegro, com ética e respeito às regulações, porque zelamos por nossa credibilidade e reputação.

Seguimos a Política Institucional de **Responsabilidade Socioambiental** do Sicoob e possuímos um setor para tratar especificamente desse tema. A avaliação do risco so-

cioambiental é parte integrante do processo de adesão de cooperados e de concessão de crédito, bem como de contratação de fornecedores e prestadores de serviços.

Promovemos melhorias nos processos tecnológicos de controle e monitoramento, visando a garantir a **Segurança Corporativa e Cibernética**. Reforçamos o tema de forma contínua junto aos colaboradores, fornecedores e prestadores de serviços, por meio de manuais, e-mails informativos, conteúdos na Intranet, treinamentos on-line, testes de *phishing*, entre outros.

A **Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FT)** é uma prática diária e sistematizada na cooperativa. Destinamos um departamento para tratar exclusivamente de transações suspeitas e realizamos treinamentos constantes com todo o quadro funcional, principalmente colaboradores que atuam na linha de frente, em nossas agências.

O setor de **Gestão de Continuidade de Negócios (GCN)** busca identificar ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Temos ainda um Plano de Continuidade de Negócios (PCN) moderno e seguro, alinhado com o que é praticado nas principais instituições financeiras do país.

PRINCIPAIS POLÍTICAS DE GESTÃO

Política de Governança Corporativa	Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital Pilar 3
Plano de Sucessão dos Administradores	Pacto de Ética
Política de Controles Internos e Conformidade	Política Institucional de Segurança Cibernética
Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental	Política Institucional de PLD/FT
Relatório da Estrutura de Gerenciamento Centralizado de Riscos e de Capital do Sicoob	Regulamento da Atividade da Auditoria Interna



RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL



PREOCUPAÇÃO
COM A COMUNIDADE

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO
E INFORMAÇÃO

SUSTENTABILIDADE

GANHO SOCIAL
DO COOPERADO



PREOCUPAÇÃO COM A COMUNIDADE



Colocamos as pessoas no centro de tudo para assegurar que a coletividade seja, de fato, a grande beneficiada desse processo.

Alinhados ao 7º Princípio do Cooperativismo, o **Interesse pela Comunidade**, atuamos com foco no bem-estar e no desenvolvimento das pessoas, nos mais diversos âmbitos: inclusão social, educacional, cultural, esportiva e de saúde. E não apenas em programas da própria Cooperativa, mas apoiando projetos externos de grande impacto.

Em 2021, diante da fase mais difícil da pandemia da COVID-19, promovemos pelo segundo ano consecutivo a campanha **"Vamos Juntos Superar!"**, com a doação de alimentos a famílias em situação de vulnerabilidade social. Ao todo, foram doadas 5.100 cestas básicas, o equivalente a 110 toneladas de alimentos, nos municípios onde a cooperativa está presente.

Também destinamos mais de R\$ 1 milhão, na forma de **doações e patrocínios** a entidades sociais, assistenciais, educacionais, esportivas e culturais nas regiões de Sertãozinho, Ribeirão Preto, Franca, Barretos, Marília, São José do Rio Preto e Uberlândia. Isso significou impactar aproximadamente 3,4 milhões de pessoas por meio do cooperativismo.

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO



JOVEM APRENDIZ

A pandemia não limitou nossa atuação na comunidade. Ao contrário, o distanciamento social imposto pelos governos para minimizar o avanço do novo coronavírus instigou a Sicoob Cocred a buscar soluções para levar educação e informação a quem mais precisa delas. Nasceu, em 2021, o programa de educação financeira e cooperativista **Conta com a Cocred**.

A partir do lançamento desse programa, realizamos o curso de educação financeira **Conta com a Cocred Jovem Aprendiz**. A primeira turma contou com 62 jovens, com idades entre 16 e 22 anos. Seis deles se destacaram no projeto final – desenvolvendo um plano de redução de despesas para a própria família – e se tornaram estagiários e aprendizes na Cooperativa.

Os colaboradores que participam espontaneamente do programa **Voluntário Transformador** também foram capacitados para se tornarem multiplicadores na segunda turma do Conta com a Cocred Jovem Aprendiz. Isso demonstra o comprometimento do nosso quadro funcional com a transformação social, por meio da educação.

Ainda nesse sentido, somos parceiros e incentivadores de **O Projeto**, programa socioeducativo gratuito que há oito anos transforma a vida de estudantes de escolas públicas de Ribeirão Preto, ensinando conceitos de educação financeira, empreendedorismo e empregabilidade, prezando pela inclusão, respeito à diversidade, ética, trabalho em equipe e estímulo à cidadania.





SUSTENTABILIDADE

Há 17 anos, desenvolvemos em parceria com a Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo (Copercana) e a Associação dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo (Canaoeste) a **BioCoop**, um projeto de gerenciamento de resíduos recicláveis descartados pelos nossos colaboradores diariamente.

Em 2021, cerca de 401 toneladas de materiais, como papel, papelão, copos plásticos e latas de alumínio, deixaram de ser descartados no meio ambiente e foram reciclados por intermédio da BioCoop, que também realiza campanhas educativas para mostrar aos colaboradores e à comunidade a importância da coleta seletiva e da preservação ambiental.

Destacamos a campanha “Seu Reciclável Vale Muito”, que incentiva os colaboradores a praticarem a coleta seletiva em casa, com suas famílias, e enviarem seus materiais recicláveis à BioCoop. A cada 20 embalagens entregues, os participantes ganham um cupom para concorrer a três prêmios mensais. Três colaboradores da Sicoob Cocred foram premiados em 2021.

GANHO SOCIAL DO COOPERADO

Promover o desenvolvimento econômico e social dos cooperados, e das comunidades onde eles vivem, facilitando e desburocratizando o acesso aos serviços financeiros, sempre com taxas de juros menores e tarifas reduzidas, é o principal e maior compromisso assumido pela Cooperativa há 53 anos. E quando dizemos praticar juros e tarifas menores, são menores mesmo.

A tabela a seguir demonstra a economia financeira que os cooperados tiveram ao movimentar com a Sicoob Cocred em 2021. Se todos eles tivessem realizado as mesmas operações concretizadas na cooperativa em bancos conven-

cionais, teriam gastado muito mais. Em média, cada cooperado economizou, no ano passado, R\$ 16.518,13, simplesmente por concentrar suas operações na Sicoob Cocred. Isso é o que chamamos de **“Ganho Social do Cooperado”**.

E por que nossa cooperativa consegue manter esses percentuais mais competitivos nos mesmos produtos e serviços oferecidos pelos bancos? Porque não focamos nossas atividades no lucro sobre os cooperados, afinal, eles são “sócios do empreendimento”, os “donos do negócio”, participam das decisões e recebem os resultados ao final de cada exercício.

	PRODUTOS	SFN (Taxa Média Mensal)	COOPERATIVA (Taxa Média Mensal)	VALOR ECONOMIZADO (No período)
Juros	Cheque especial (PF)	7,01%	3,65%	R\$ 26.025.322,00
	Empréstimos	2,47%	0,96%	R\$ 374.150.301,00
	Financiamentos veículos (PF)	1,72%	0,99%	R\$ 4.404.777,00
	Cartão crédito (rotativo)	13,05%	8,50%	R\$ 1.345.828,00
	Cartão crédito (parcelado)	8,50%	7,30%	R\$ 170.363,00
	Cheque especial (PJ)/Conta garantida	2,56%	2,98%	-R\$ 5.772.504,00
	Títulos descontados	1,87%	1,35%	R\$ 5.512.884,00
	Financiamentos veículos (PJ)	1,10%	0,93%	R\$ 2.261.433,00
	Financiamentos bens e serviços (PJ)	1,34%	1,04%	R\$ 1.826.857,00
TOTAL				R\$ 409.925.261,00
Tarifas	Tarifas PF	R\$ 32,91	R\$ 4,65	R\$ 6.946.075,00
	Tarifas PJ	R\$ 145,49	R\$ 15,67	R\$ 20.741.175,00
TOTAL				R\$ 27.687.250,00
Consórcio	Consórcio de imóveis	18,67%	7,57%	R\$ 63.644,00
	Consórcio de caminhões	12,84%	6,95%	R\$ 14.423,00
	Consórcio de veículos	13,96%	6,38%	R\$ 39.659,00
	Consórcio de motos	14,06%	6,99%	R\$ 497,00
	Consórcio de outros bens	13,84%	9,96%	R\$ 167,00
	Consórcio de serviços	17,68%	7,89%	R\$ 530,00
TOTAL				R\$ 118.920,00
Adquirência (Maquininha de cartões)	Adquirência débito (MDR)	1,88%	1,19%	R\$ 4.405.442,00
	Adquirência crédito (MDR)	3,75%	1,78%	R\$ 9.138.898,00
	Adquirência parcelado (MDR)	9,58%	2,65%	R\$ 28.495.047,00
	Adquirência (Antecipação)	3,39%	1,66%	R\$ 24.970.188,00
TOTAL				R\$ 67.009.575,00
Economia total				R\$ 504.741.006,00
Sobras Brutas				R\$ 53.538.676,00
Cooperados Ativos*				33.798
VALOR ECONOMIZADO (MÉDIA POR COOPERADO)				R\$ 16.518,13

Elaboração: Centro Cooperativo Sicoob, com adaptações realizadas pela Sicoob Cocred.

* Dados prévios. Informação não auditada.



RELACIONAMENTO



NOSSAS PESSOAS

DESENVOLVIMENTO
E CAPACITAÇÃO

SEGURANÇA E SAÚDE

BENEFÍCIOS

NOSSOS COOPERADOS



NOSSAS PESSOAS

Atuamos no segmento financeiro, mas somos, acima de tudo, uma cooperativa. Seguimos os **Princípios do Cooperativismo** e, por isso, nossa responsabilidade primordial é com as pessoas. Buscamos resultados com qualidade e sustentabilidade, gerando retorno justo aos cooperados e possibilitando reinvestimentos na Cooperativa e no nosso maior patrimônio: os colaboradores.

Encerramos 2021 com **601 colaboradores**, incluindo estagiários e jovens aprendizes. Desse total, 53,57% são mulheres, 56% têm entre 30 e

49 anos de idade e 79% são graduados ou estão cursando o Ensino Superior. A maioria (64,5%) tem até cinco anos de casa, devido à acelerada expansão da Cooperativa nos últimos anos.

Adotamos processos claros e transparentes, práticas de gestão baseadas na ética e integridade, e políticas de remuneração e benefícios que possibilitam atrair, recompensar, reter e estimular nosso time em toda a escala hierárquica. O resultado disso é o **baixo índice de rotatividade** do quadro funcional: 2,91%.

Acreditamos que talento não tem gênero, cor, idade ou qualquer outro limite. Então, buscamos criar oportunidades justas e promover a inclusão de diferentes perfis de profissionais. Exemplo disso é o **Projeto Acolher**, que existe há quatro anos e tem por objetivo dar condições igualitárias de trabalho às pessoas com deficiência dentro da cooperativa.

Atuamos de diversas formas junto aos colaboradores com deficiência, como, por exemplo, auxiliando na realização de exames e consultas médicas, fornecendo próteses, órteses e outras ferramentas de inclusão. Também possuímos uma cartilha de conscientização sobre o respeito às diferenças e a equidade no ambiente de trabalho.

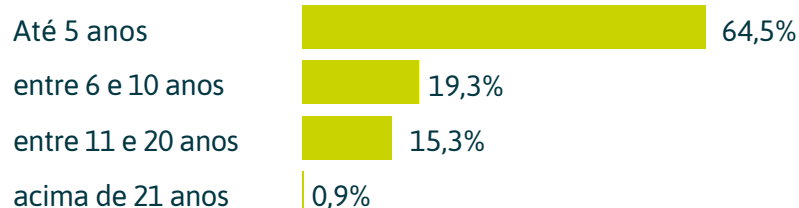
Todos os colaboradores com deficiência também participam de uma pesquisa semestral para melhoria contínua do Projeto Acolher. O último levantamento aponta que 92% consideram nosso ambiente de trabalho inclusivo e 100% disseram que são respeitados pelos colegas de departamento e que a Cooperativa atende às suas necessidades em relação à acessibilidade.

Nosso time conta com 32 estagiários, 18 jovens aprendizes e 101 terceirizados.

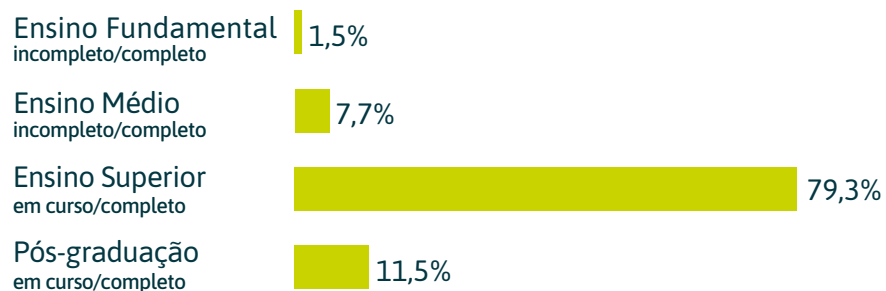
Faixa etária



Tempo de casa



Nível de escolaridade





Melhores Empresas
para Trabalhar™

São Paulo

Great
Place
To
Work®

BRASIL
2021



A partir do lançamento oficial do **Programa de Endomarketing**, em 2021, foram implementados lemas distintos aos gestores e demais colaboradores, com o intuito de nortear o trabalho e o desenvolvimento de cada um, servindo ainda como ferramenta de engajamento, despertando o espírito de pertencimento e ajudando a alinhar as equipes aos nossos Valores.

Em 2021, também desenvolvemos um trabalho de ressignificação da cultura organizacional, a partir da revisitação da nossa história: a campanha **Nossas Raízes**. Mais do que rever processos e procedimentos internos, focamos na reavaliação dos nossos comportamentos para que estejam sempre alinhados aos nossos princípios.

Mais do que uma ferramenta de avaliação de performance, o **Programa de Gestão de Desempenho** (PGD), lançado em 2021, também busca desenvolver nos colaboradores as habilidades profissionais necessárias para tornarem nossa Cooperativa mais transparente, eficiente e efetiva em seus processos, e alinhada à sua Missão e aos seus Valores.

Como resultado de todo esse trabalho, fomos certificados pela **Great Place to Work** (GPTW) como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil. E, a partir da pontuação obtida na pesquisa, fomos premiados pela mesma consultoria como uma das 20 Melhores Empresas para Trabalhar no Interior de São Paulo – ranking médias empresas.

DESENVOLVIMENTO E CAPACITAÇÃO

Temos por princípio promover a educação e a formação dos cooperados e colaboradores, de forma que possam contribuir para o desenvolvimento da própria cooperativa e da comunidade. Assim, as capacitações oferecidas gratuitamente possibilitam não só a qualificação do quadro funcional, como ajudam a mantê-lo sólido, eficiente, engajado e comprometido.

Assim que o novo colaborador ingressa na Cooperativa, passa a ter acesso à plataforma **Sicoob Universidade**, que oferece inúmeras soluções educacionais. Assumimos integralmente os custos desses treinamentos e autorizamos a realização deles durante a jornada de trabalho. No último ano, todos os 601 colaboradores realizaram ao menos um curso no Sicoob Universidade.

SICOOB UNIVERSIDADE		
TRILHA	CURSO	ÍNDICE DE COLABORADORES COM TRILHA CONCLUÍDA
DNA Boas-Vindas	Entenda o Sistema Financeiro Nacional	92%
	Cooperativismo: tudo o que você precisa saber	
	Cooperativismo: uma filosofia que transforma	
	Cooperativismo financeiro, o nosso negócio	
	Soluções financeiras Sicoob	
DNA Nossa Identidade	Facilite o seu dia a dia com a base de conhecimento	81%
	4 minutos de Ética	
Sempre Alerta	Pacto de Ética	95%
	Programa de Integridade	
	Segurança da Informação	
	Redes Sociais: sua imagem digital	
	Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	
	Combate e Prevenção à Fraude – Avançado	
	Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo	
	Gerenciamento de Risco Operacional	
Gestão de Continuidade de Negócios		
	O Risco Socioambiental e o Sicoob	

Cada colaborador realizou, em média, 36 horas de cursos no Sicoob Universidade em 2021



Contamos com um **Plano Anual de Treinamentos (PAT)**, que visa atender às necessidades de capacitação dos colaboradores. Assumimos todas as despesas com cursos extracurriculares, incluindo inscrição, mensalidade, material didático, logística de transporte, hospedagem, entre outras. Em 2021, destinamos R\$ 441.617,66 ao PAT e atendemos 385 colaboradores.

A graduação e a pós-graduação são momentos significativos da vida para quem almeja evoluir, tanto no âmbito profissional, quanto pessoal. Por isso, apoiamos nossos colabora-

dores nessas fases e assumimos entre 40% e 80% do valor da mensalidade. Em 2021, 17 colaboradores cursavam o Ensino Superior por meio do nosso **Programa de Bolsa de Estudos**.

Liderança Inspiradora é um dos nossos Valores. Por isso, lançamos a **Escola de Líderes**: programa de qualificação e aperfeiçoamento profissional voltado a todos os gestores – o curso contou com a adesão de 100% deles. Trata-se de mais uma oportunidade de desenvolvimento para tornar nossos colaboradores em diferencial competitivo e multiplicadores da cultura organizacional.

SEGURANÇA E SAÚDE

Somos comprometidos com o bem-estar integral dos colaboradores e, desde 2021, o setor de **Assistência Social e Cultural (AS&C)**, subordinado ao departamento de Recursos Humanos, atua no desenvolvimento de projetos voltados à qualidade de vida dos colaboradores e de seus familiares, fortalecendo também o nosso vínculo com a comunidade.

Firmamos parceria com o Centro Avançado de Pedagogia Empresarial (CAPE) para oferecer atendimento especializado aos colaboradores com deficiência nas áreas de fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia, terapia ocupacional e acompanhamento multiprofissional – incluindo visitas domiciliares – aos profissionais afastados por sequelas da COVID-19.

Em parceria com a Alelo – bandeira de cartões especializada em benefícios – passamos a oferecer o **Programa de Apoio Pessoal**, com serviços gratuitos realizados pela empresa Auster: orientação e acompanhamento psicológico, financeiro e jurídico a todos os colaboradores e seus dependentes, 24 horas por dia e sete dias por semana.

A **Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)** visita frequentemente os departamentos e tem o apoio do departamento de Recursos

Humanos para atuar em questões relacionadas à ergonomia, saúde ocupacional e redução de riscos internos. O trabalho foi intensificado na pandemia, com orientações de segurança e proteção contra o novo coronavírus.

O **Comitê Interno de Combate à COVID-19** permaneceu atuante, pelo segundo ano consecutivo, orientando e fiscalizando o uso de máscaras, a higienização das mãos e o distanciamento social, além acompanhar os colaboradores diagnosticados com a doença, até seu restabelecimento. Em 2021, realizamos 1.123 testes de COVID-19 em nossos colaboradores.

Investimos R\$ 290 mil em ações de combate à COVID-19, como testagem de colaboradores e sanitização de ambientes.

BENEFÍCIOS

- Plano de saúde
- Plano odontológico
- Vale-transporte e auxílio combustível
- Horário flexível
- Vale-alimentação e vale-refeição
- 13º vale-alimentação
- Quinquênio
- Auxílio enxoval
- Auxílio creche e auxílio babá
- Auxílio filhos com deficiência
- Programa de vacinação
- Assistência funeral
- Seguro de vida





NOSSOS COOPERADOS

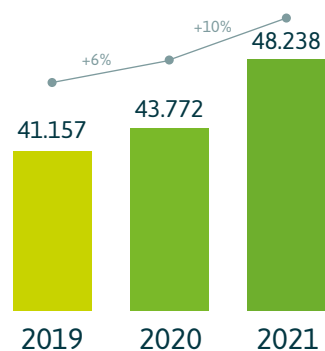
Somos diferentes porque nosso objetivo não é vender para lucrar. Estamos atendendo o “dono do negócio”, que é a nossa principal razão. Até por esse motivo, nosso logotipo é um triângulo invertido: a base, o cooperado, é quem manda e está no topo. É por ele que trabalhamos, sempre pautados em valores como ética, transparência, agilidade e sustentabilidade.

Buscamos ser a principal instituição financeira dos nossos cooperados, atendendo às suas necessidades com soluções inovadoras e

confiáveis, estimulando a economia colaborativa e contribuindo para o desenvolvimento da comunidade onde vivem.

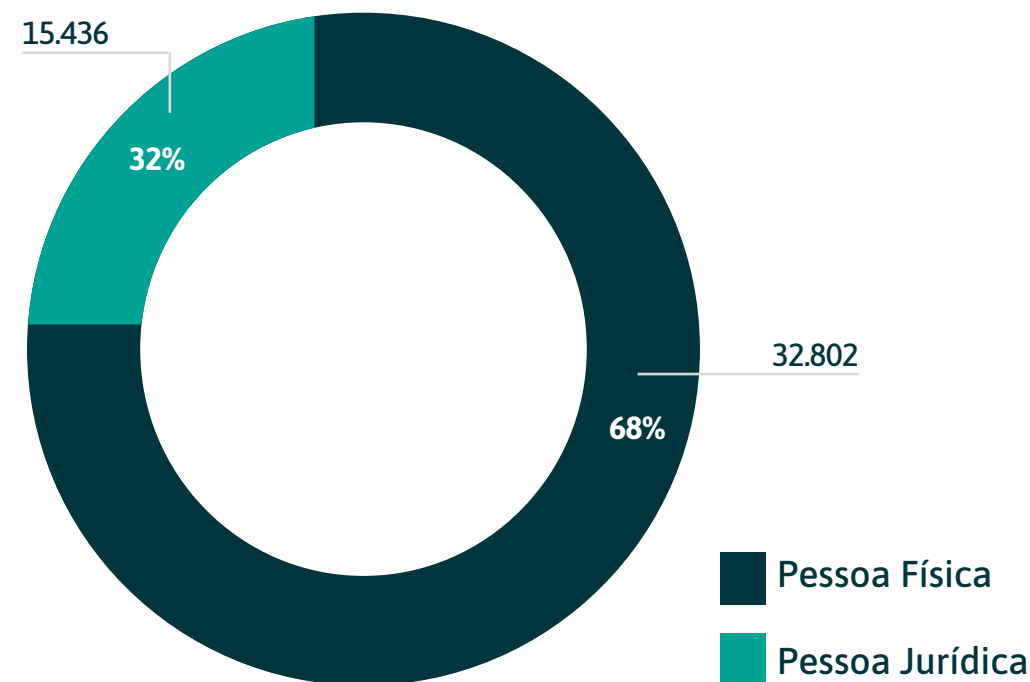
Encerramos 2021 com **48.238 cooperados**, o que significa um crescimento de 10,2% em relação ao ano anterior: em dezembro de 2020, eram 43.772 cooperados. De todo o quadro social, 68% são pessoas físicas, principalmente empresários e profissionais liberais de todos os segmentos. Entre os cooperados pessoa jurídica, 92% são micro e pequenas empresas.

Quadro Social

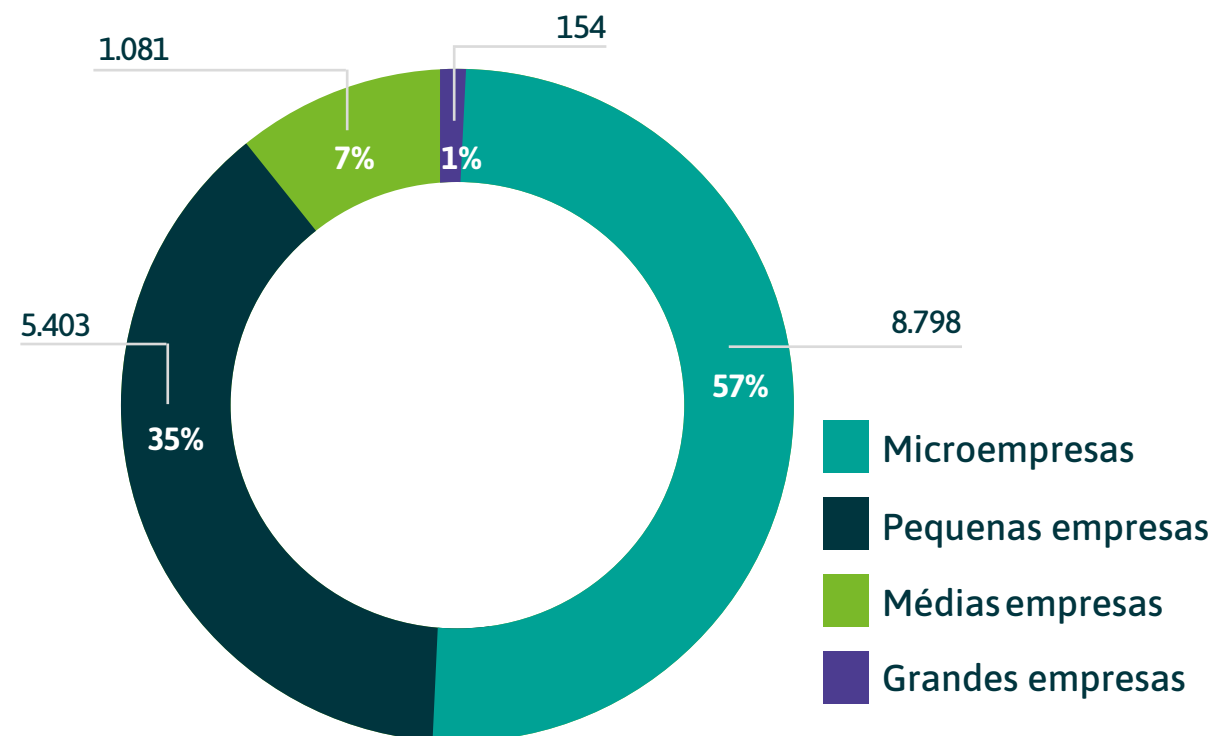


+ 4.466 novos cooperados em 2021.

Perfil da base de cooperados

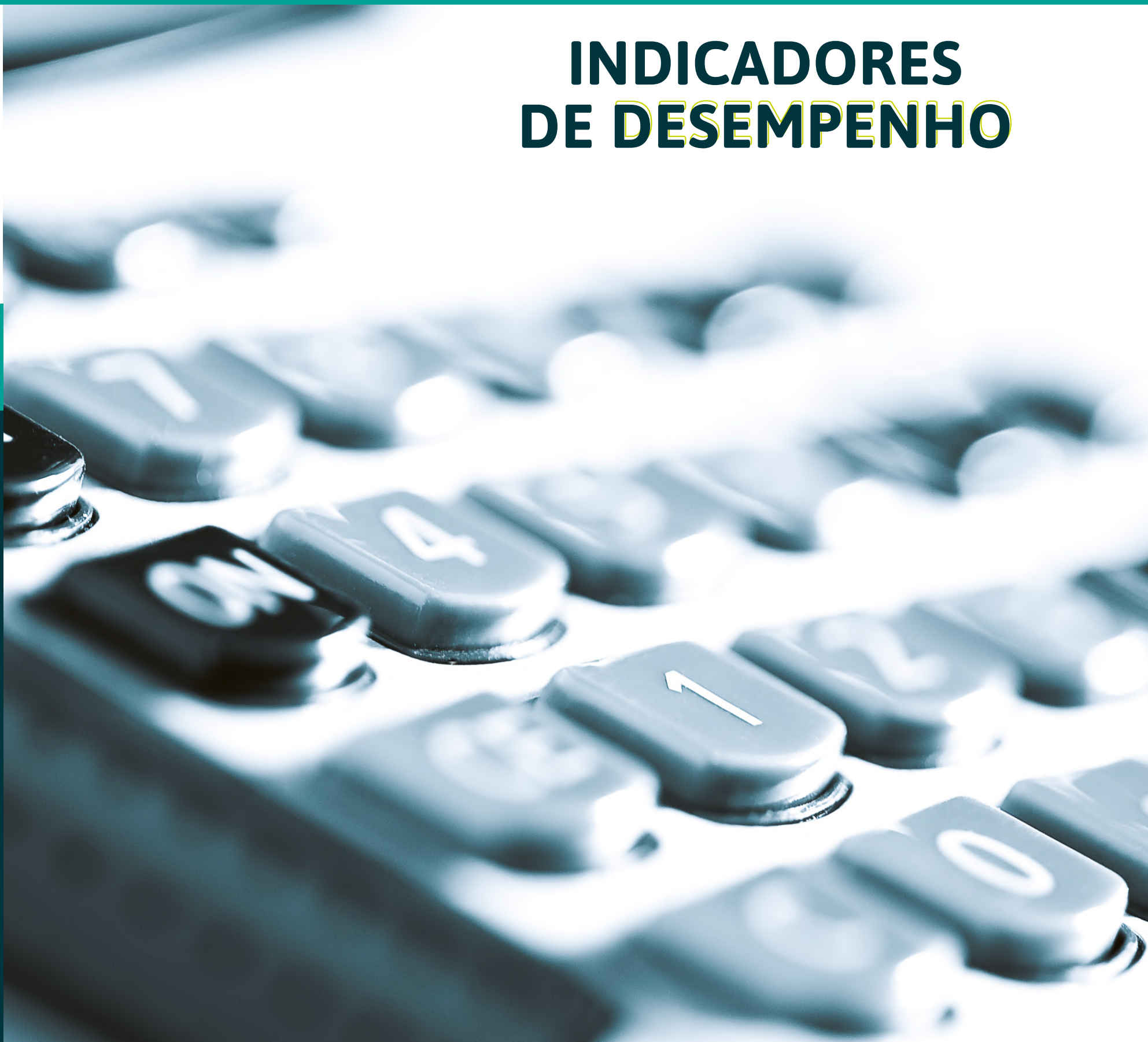


Perfil das empresas cooperadas





INDICADORES DE DESEMPENHO

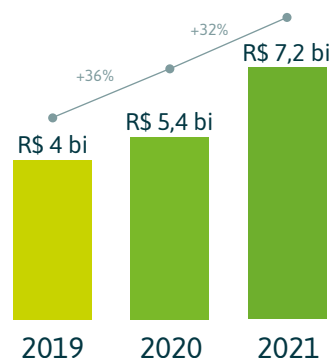




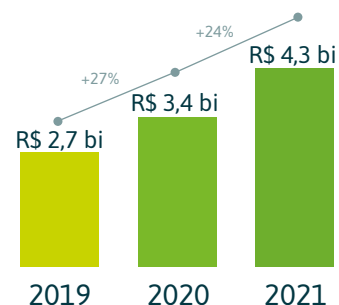
Nosso desempenho econômico-financeiro foi mais uma vez positivo, consolidando a nossa posição como terceira maior cooperativa de crédito do Brasil e segunda maior do Sicoob em volume de ativos. Também estamos entre as cinco maiores cooperativas financeiras do país, considerando o saldo da carteira de crédito, de depósitos totais e de patrimônio líquido.

Temos orgulho de afirmar que, em 53 anos de história, nunca apuramos resultados negativos. Em 2021, nossa satisfação foi ainda maior, porque registramos um recorde histórico nas Sobras. Os números apresentados a seguir reforçam o compromisso em sermos instrumento propulsor de uma sociedade financeiramente mais igualitária, inclusiva e sustentável.

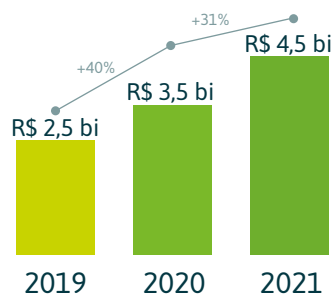
Ativos Totais



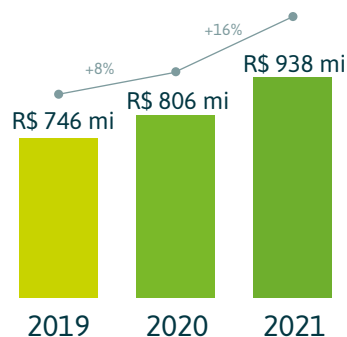
Carteira de Crédito



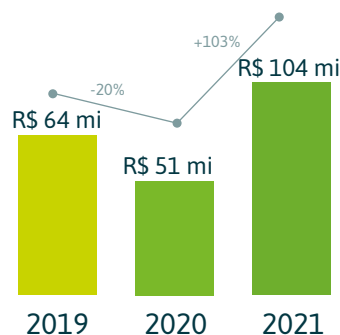
Carteira de Depósitos, LCA e LCI



Patrimônio Líquido



Sobras Brutas



CARTÕES

R\$ **428,5 mi**
↑ 46,4%

COBRANÇA (VOLUME LÍQUIDO)

R\$ **4,439 bi**
↑ 41%

ADQUIRÊNCIA (SIPAG)

R\$ **1,093 bi**
↑ 14%

POUPANÇA

R\$ **166,3 mi**
↑ 34,5%

CONSÓRCIO

R\$ **150,5 mi**
↑ 16,5%

SEGURO

R\$ **12,4 mi**
↑ 14,4%

CONSIGNADO

R\$ **10,5 mi**
↑ 36,7%



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS
OU PERDAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
ABRANGENTE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO
DE CAIXA

NOTAS EXPLICATIVAS

RELATÓRIO DO AUDITOR
INDEPENDENTE

PARECER DO CONSELHO FISCAL



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Notas	2021	2020 (Reapresentado Nota 2.3)
ATIVO		7.172.122	5.441.928
DISPONIBILIDADES	3	11.784	10.663
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		7.219.541	5.462.919
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	484.245	266.530
Títulos e Valores Mobiliários	5	182.223	211.216
Relações Interfinanceiras	3	2.265.591	1.520.471
Operações de Crédito	6	4.187.845	3.370.322
Outros Ativos Financeiros	7	99.637	94.380
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(299.660)	(254.596)
(-) Operações de Crédito	6	(281.215)	(243.252)
(-) Outras	7	(18.445)	(11.344)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	8	1.369	709
OUTROS ATIVOS	9	12.527	52.757
INVESTIMENTOS	10	133.894	110.852
IMOBILIZADO DE USO	11	87.597	55.666
Imobilizado de Uso		118.354	81.772
(-) Depreciação acumulada		(30.757)	(26.106)
INTANGÍVEL	12	5.070	2.957
Intangível		13.694	9.778
(-) Amortização acumulada		(8.624)	(6.821)
TOTAL DO ATIVO		7.172.122	5.441.928

PASSIVO	Notas	2021	2020
PASSIVO		6.233.916	4.636.023
DEPÓSITOS	13	3.508.113	2.769.305
Depósitos à Vista		624.790	546.591
Depósitos a Prazo		2.883.323	2.222.714
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.624.241	1.771.743
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	14	1.034.408	702.510
Repases Interfinanceiros	15	1.553.916	1.034.376
Obrigações por Empréstimos e Repases	15	1.575	1.941
Outros Passivos Financeiros	16	34.342	32.916
PROVISÕES	17	29.574	31.822
OBRIGAÇÕES FISCAIS E DIFERIDAS	18	4.513	2.868
OUTROS PASSIVOS	19	67.474	60.285

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2021	2020
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21	938.205	805.905
CAPITAL SOCIAL		500.143	422.280
RESERVA LEGAL		384.523	185.315
RESERVA PARA CONTIGÊNCIAS			171.905
SOBRAS ACUMULADAS		53.539	26.405
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.172.122	5.441.928



DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

*Valores em milhares de reais

	Nota	2º sem 2021	12/2021	2º sem 2020	12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		321.375	536.009	203.928	391.456
Operações de Crédito	22	232.376	411.520	178.564	342.202
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	3	71.997	94.567	14.394	18.685
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		11.158	14.558	2.297	6.576
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		5.844	15.364	8.673	23.993
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	23	(226.854)	(357.655)	(98.356)	(245.705)
Operações de Captação no Mercado	22	(121.811)	(167.247)	(30.418)	(70.818)
Operações de Empréstimos e Repasses	23	(48.124)	(75.547)	(23.151)	(48.593)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	24	(56.919)	(114.861)	(44.787)	(126.294)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		94.521	178.354	105.572	145.751
OUTROS INGRESSOS / DISPÊNDIOS OPERACIONAIS	24	(42.045)	(77.005)	(35.075)	(69.621)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25	13.194	18.870	5.237	15.830
Rendas de Tarifas	26	4.951	9.585	5.016	9.846
Dispêndios e Despesas de Pessoal	27	(32.230)	(65.260)	(32.258)	(61.881)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas		(35.707)	(66.098)	(28.236)	(54.943)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(804)	(1.297)	(611)	(1.959)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	28	16.689	40.353	39.587	55.752
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	29	(8.138)	(13.158)	(23.810)	(32.266)
PROVISÕES	30	3.731	3.146	(11.657)	(14.001)
(Provisões)/Reversões para Contingências		(285)	(745)		
(Provisões)/Reversões para Garantias Prestadas		4.016	3.891	(11.657)	(14.001)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		56.207	104.495	58.840	62.129

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores em milhares de reais

	Nota	2º sem 2021	12/2021	2º sem 2020	12/2020
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	31	2.064	2.750	(9.154)	(8.968)
Ganhos de Aluguéis		48	95	42	57
Reversão de Provisões não Operacionais			842		
Outras Rendas não Operacionais		2.629	2.629		218
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(472)	(472)		
(-) Despesas de Provisões não Operacionais		(73)	(238)	(9.103)	(9.103)
(-) Outras Despesas não Operacionais		(68)	(106)	(93)	(140)
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		58.271	107.245	49.686	53.161
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(3.214)	(3.362)	(167)	(1.986)
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperados		(1.865)	(1.953)	(100)	(1.232)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperados		(1.349)	(1.409)	(67)	(754)
SOBRAS DO PERÍODO/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DO JCP		55.057	103.883	49.519	51.175
Juros ao Capital		(20.358)	(20.358)	(10.786)	(10.786)
SOBRAS DO PERÍODO/EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES		34.699	83.525	38.733	40.389

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

*Valores em milhares de reais

	2021		2020	
	2º sem (6 meses)	Exercício (12 meses)	2º sem (6 meses)	Exercício (12 meses)
SOBRAS DO PERÍODO/EXERCÍCIO	34.699	83.525	38.733	40.389
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	34.699	83.525	38.733	40.389

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

*Valores em milhares de reais

	Nota	Capital Social	Capital a Realizar	Reserva Legal	Reserva p/ Contingências	Sobras Acumuladas	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		378.498	(161)	168.719	171.905	26.997	745.957
DESTINAÇÕES DE SOBRAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR:	21,3						
Ao FATES						(3.415)	(3.415)
Constituição de Reservas						(10.000)	
Distribuição de Sobras para associados		5.433				(13.582)	(8.149)
MOVIMENTAÇÃO DE CAPITAL:							
Por Subscrição/Realização		62.325	(62)				62.263
Por Devolução		(33.884)					(33.884)
SOBRAS DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DO JCP						51.175	51.175
REMUNERAÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO:							
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		10.131				(10.786)	(655)
DESTINAÇÕES DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO:	21,2						
Fundo de Reserva				8.685		(8.685)	
FATES - Atos Cooperativos						(1.737)	(1.737)
FATES - Atos Não Cooperativos						(5.651)	(5.651)
Realização da Reserva Legal				(2.089)		2.089	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores em milhares de reais

	Nota	Capital Social	Capital a Realizar	Reserva Legal	Reserva p/ Contingências	Sobras Acumuladas	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		422.503	(223)	185.315	171.905	26.405	805.905
DESTINAÇÕES DE SOBRAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR:	21,3						
Ao FATES						(5.281)	(5.281)
Constituição de Reservas				5.281		(5.281)	
Transferência de Reserva				171.905	(171.905)		
Distribuição de Sobras para associados		7.872				(15.843)	(7.971)
MOVIMENTAÇÃO DE CAPITAL:							
Por Subscrição/Realização		73.327	71				73.398
Por Devolução		(22.591)					(22.591)
Estorno de Capital		(22)					(22)
SOBRAS DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DO JCP						103.883	103.883
REMUNERAÇÃO DE JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO:							
Juros sobre o Capital Próprio, líquido		19.206				(20.358)	(1.152)
DESTINAÇÕES DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO:	21,2						
Fundo de Reserva				22.022		(22.022)	
FATES - Atos Cooperativos						(3.146)	(3.146)
FATES - Atos Não Cooperativos						(4.818)	(4.818)
Realização da Reserva Legal							

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores em milhares de reais

	Nota	Capital Social	Capital a Realizar	Reserva Legal	Reserva p/ Contingências	Sobras Acumuladas	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		500.295	(152)	384.523		53.539	938.205

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

*Valores em milhares de reais

	Nota	2021	2020	CONFERÊNCIA
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
SOBRAS DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DO JCP		103.883	51.175	DRE
Ajustes				
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	28	(2.516)	(1.364)	NOTA 28
Distribuição de Sobras e Dividendos	28	(2.980)	(4.604)	NOTA 28
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	23	114.862	126.294	NOTA 23
Provisões/(Reversões) para Garantias Prestadas	30	(3.891)	14.001	NOTA 30
Provisões/(Reversões) Não Operacionais	30	(604)	9.103	NOTA 30
Provisões para Contingências	30	745		NOTA 30
Depreciações e Amortizações	27	7.313	5.545	NOTA 27
		216.812	200.150	
Variações nos ativos e passivos				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(217.715)	(27.297)	BALANÇO
Títulos e valores mobiliários		28.993	736.922	BALANÇO
Operações de crédito		(885.115)	(802.153)	BALANÇO
Outros Ativos Financeiros		(7.464)	22.913	BALANÇO
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(659)	(274)	BALANÇO
Outros Ativos		40.836	8.681	BALANÇO
Depósitos à vista, a prazo e sob aviso		738.808	945.823	BALANÇO
Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias		331.898	54.785	BALANÇO
Obrigações por empréstimos e repasses		519.174	344.949	BALANÇO
Outros Passivos Financeiros		1.425	11.077	BALANÇO
Provisões		898	1.699	BALANÇO
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		1.645	(895)	BALANÇO
Outros Passivos		(23.049)	(9.927)	BALANÇO
CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		746.487	1.486.453	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.362)	(1.986)	BALANÇO
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		743.125	1.484.467	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

*Valores em milhares de reais

	Nota	2021	2020	CONFERÊNCIA
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Distribuição de Dividendos	28	1.442	3.821	NOTA 28
Distribuição de Sobras da Central	28	1.538	784	NOTA 28
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	28	2.516	1.364	NOTA 28
Aquisição de Intangível		(4.166)	(3.526)	BALANÇO
Aquisição de Imobilizado de Uso		(37.192)	(31.403)	BALANÇO
Aquisição de Investimentos		(23.042)	(6.492)	BALANÇO
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(58.904)	(35.452)	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Aumento por novos aportes de Capital		73.404	62.241	DMPL
Devolução de Capital a Cooperados		(22.591)	(33.884)	DMPL
Estorno de Capital		(22)		DMPL
Distribuição de Sobras para associados		(7.971)	(8.149)	DMPL
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		19.200	10.131	DMPL
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		62.020	30.339	
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		746.241	1.479.352	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	3	1.531.134	51.782	BALANÇO
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	3	2.277.375	1.531.134	BALANÇO

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



SICOOB COCRED COOPERATIVA DE CRÉDITO

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito (“Sicoob Cocred” ou “Cooperativa”) é uma cooperativa de crédito singular de livre admissão de cooperados com sede em Sertãozinho - SP, instituição financeira não bancária, fundada em 27 de julho de 1969, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo e acionista do Banco Cooperativo Sicoob S.A – Banco Sicoob.

A Sicoob Cocred possui Postos de Atendimento - PAs nos municípios de Barretos, Barrinha, Bastos, Batatais, Cajobi, Cajuru, Cravinhos, Franca, Jaborandi, Jardinópolis, Lins, Monte Alto, Marília, Morro Agudo, Ocaúçu, Paulo de Faria, Pitangueiras, Pontal, Ribeirão Preto, Santa Rosa do Viterbo, São José do Rio Preto, Serrana, Sertãozinho, Severínia, Terra Roxa, Tupã, Vera Cruz, Uberlândia e Viradouro. Além dos municípios anteriormente citados, sua área de ação compreende os municípios de Adamantina, Altair, Altinópolis, Álvaro de Carvalho, Araçatuba, Araraquara, Bauru, Bebedouro, Borá, Brodowski, Campos Novos Paulista, Cássia dos Coqueiros, Catanduva, Colina, Colômbia, Dumont, Echaporã, Embaúba, Flórida Paulista, Garça, Getulina, Guaimbê, Guaíra, Guaraci, Guariba, Guataparã, Herculanópolis, Iacri, Icém, Inúbia Paulista, Jaboticabal, Júlio Mesquita, Lucélia, Luís Antônio, Lupércio, Lutécia, Mariápolis, Monte Azul Paulista, Nuporanga, Olímpia, Oriente, Orlandia, Oscar Bressane, Osvaldo Cruz, Paraíso, Parapuã, Pirangi, Pompéia, Pradópolis, Queiroz, Quintana, Rinópolis, Sales Oliveira, Santo Antônio da Alegria, São Carlos, São Simão, Serra Azul, Taiaçu, Taiuva, e Vista Alegre do Alto, todos no Estado de São Paulo; e Uberaba, no Estado de Minas Gerais. A área de admissão de cooperados passou a abranger todas as unidades da Federação;

A Sicoob Cocred tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos cooperados;
- (ii) A formação educacional de seus cooperados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, estando em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, tendo sido aprovadas pelo Conselho de administração e Conselho fiscal, que são os órgãos estatutários responsáveis pela governança, em 9 de fevereiro de 2022.

As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A administração, responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras compreende a Diretoria Executiva.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

a) Mudanças aplicadas nas presentes demonstrações financeiras

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, a Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações realizadas nas demonstrações financeiras da Cooperativa em 2021, em decorrência destes normativos, estão descritas a seguir:

- i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;
- ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;



iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

As referidas alterações também foram realizadas na apresentação das demonstrações financeiras comparativas, referente ao exercício de 2020, as quais estão sendo apresentadas como demonstrações financeiras correspondentes. Essas alterações não provocaram qualquer mudança no resultado do exercício ou dos fluxos de caixa, ou mesmo na posição patrimonial ou de liquidez da Cooperativa, conforme demonstrado na Nota 2.3.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

- Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

- Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

- Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

- Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

- Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

- Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos e, até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, não identificou impactos materiais na sua estrutura de preparação e apresentação das demonstrações financeiras futuras. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.3. Reapresentação de informações comparativas

As informações financeiras comparativas relativas ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, bem como as demonstrações das sobras ou perdas do exercício de 2020, estão sendo reapresentadas para prover um maior nível de detalhamento das rubricas, além da adoção de uma diferente composição e agrupamento de determinados grupos contábeis, adaptada às circunstâncias e orientações do Sicoob e novas diretrizes do Banco Central do Brasil, conforme aplicável. As referências no Balanço Patrimonial de (a) a (n), na Demonstração de Sobras itens (a) e (b) e na Demonstração dos Fluxos de Caixa (a) a (h), nos quadros a seguir, indicam as reclassificações efetuadas entre grupos de contas contábeis.

No caso das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, a reclassificação de valores entre atividades operacionais e atividades de financiamento referem-se, substancialmente, a integralização ao capital social da Cooperativa de juros sobre o capital próprio destinados aos cooperados, consideradas transações com movimentação de caixa pelo pagamento aos cooperados e subsequente integralização como quotas de capital.



ATIVO	2020			
	Originalmente apresentado	Ajustes (reapresentando nota 2.3)	Reapresentando (reapresentando nota 2.3)	
Circulante	3.332.721	(3.332.721)		
Caixa e equivalente de caixa	1.531.134	(1.531.134)		
Disponibilidades	10.663	(10.663)		a)
Centralização financeira	1.520.471	(1.520.471)		b)
Disponibilidades		10.663	10.663	a)
Instrumentos financeiros	326.743	5.136.175	5.462.918	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	266.101	429	266.530	c)
Títulos e valores mobiliários	60.642	150.575	211.217	d)
Relações Interfinanceiras		1.520.471	1.520.471	b)
Operações de Crédito		3.370.322	3.370.322	e)
Outros Ativos Financeiros		94.378	94.378	f)
Ativos Fiscais correntes e diferidos		709	709	f)
Outros Ativos		52.758	52.758	f)
Operações de crédito	1.446.183	(1.446.183)		a)
Empréstimos e direitos creditórios descontados	710.728	(710.728)		e)
(-) Provisão para empréstimos e direitos creditórios descontados	(77.053)	77.053		e)
Financiamentos	42.568	(42.568)		e)
(-) Provisão para operações de financiamentos	(2.139)	2.139		e)
Financiamentos rurais e agroindustriais	781.295	(781.295)		e)
(-) Provisão para financiamentos rurais e agroindustriais	(9.216)	9.216		e)
Outros créditos	28.524	(28.524)		
Avais e fianças honrados	1.278	(1.278)		f)
Rendas a receber	918	(918)		f)
Diversos	29.277	(29.277)		f)
Créditos tributários	709	(709)		f)
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(3.658)	3.658		f)
Outros valores e bens	137	137		
Outros valores e bens	50	(50)		f)
Despesas antecipadas	87	(87)		f)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

ATIVO	2020			
	Originalmente apresentado	Ajustes (reapresentando nota 2.3)	Reapresentando (reapresentando nota 2.3)	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(254.596)	(254.596)	
(-) Operações de Crédito		(243.252)	(243.252)	e)
(-) Outras		(11.344)	(11.344)	f)
Não circulante	2.109.207	(2.109.207)		
Instrumentos financeiros	151.003	(151.003)		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	429	(429)		c)
Títulos e valores mobiliários	150.574	(150.574)		d)
Operações de crédito	1.680.889	(1.680.889)		
Empréstimos e direitos creditórios descontados	1.118.631	(1.118.631)		e)
(-) Provisão para empréstimos e direitos creditórios descontados	(145.354)	145.354		e)
Financiamentos	106.442	(106.442)		e)
(-) Provisão para operações de financiamentos	(4.395)	4.395		e)
Financiamentos rurais e agroindustriais	610.658	(610.658)		e)
(-) Provisão para financiamentos rurais e agroindustriais	(5.093)	5.093		e)
Outros créditos	57.418	(57.418)		
Diversos	52.025	(52.025)		f)
Devedores por depósitos em garantia	13.079	(13.079)		f)
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(7.686)	7.686		f)
Outros valores e bens	50.422	(50.422)		
Outros valores e bens	59.641	(59.641)		f)
(-) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(9.219)	9.219		f)
Investimentos	110.852		110.852	
Participação em Cooperativa Central de Crédito	51.509	(51.509)		
Participação em instituições financeiras	59.222	(59.222)		
Participações em Cooperativa, exceto Cooperativa Central de Crédito	83	(83)		
Outros investimentos	38	(38)		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



ATIVO	2020			
	Originalmente apresentado	Ajustes (reapresentando nota 2.3)	Reapresentando (reapresentando nota 2.3)	
Imobilizado de Uso	55.666	26.106	81.772	h)
Imobilizado de Uso	81.772	(81.772)		
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado	(26.106)	26.106		
Intangível	2.957	6.821	9.778	i)
Ativos Intangíveis	9.778	(9.778)		
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis	(6.821)	6.821		
(-) Depreciação e amortizações			(32.927)	h) i)
TOTAL DO ATIVO	5.441.928		5.441.928	

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020			
	Originalmente apresentado	Ajustes (reapresentando nota 2.3)	Reapresentando (reapresentando nota 2.3)	
Circulante	4.123.888	(4.123.888)		
Depósitos	2.769.305		2.769.305	
Depósitos à vista	546.591		546.591	
Depósitos a prazo	2.222.714		2.222.714	
Demais Instrumentos Financeiros		1.771.744	10.663	
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		702.510	702.510	j)
Repasse Interfinanceiros		1.034.376	1.034.376	k)
Obrigações por Empréstimos e Repasses		1.941	1.941	k)
Outros Passivos Financeiros		32.917	32.917	l)
Provisões		31.822	31.822	m)
Obrigações Fiscais e diferidas		2.868	2.868	
Outros Passivos		60.285	60.285	
Recursos de aceite e emissão de títulos	702.510	(702.510)		
Obrigações por emissão letras crédito agronegócio	570.457	(570.457)		j)
Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário	132.053	(132.053)		j)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020			
	Originalmente apresentado	Ajustes (reapresentando nota 2.3)	Reapresentando (reapresentando nota 2.3)	
Obrigações por empréstimos e repasses	557.540	557.540		
Repasse interfinanceiros	557.540	(557.540)		k)
Outras obrigações	94.533	(94.533)		
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	4	(4)		l)
Sociais e estatutárias	29.928	(29.928)		l)
Obrigações fiscais correntes e diferidas	2.868	(2.868)		l)
Diversas	61.733	(61.733)		l)
Não circulante	512.135			
Obrigações por empréstimos e repasses	478.777	(478.777)		
Repasse interfinanceiros	476.836	(476.836)		k)
Empréstimos no país - instituições oficiais	1.941	(1.941)		k)
Outras obrigações	33.358	(33.358)		
Sociais e estatutárias	1.536	(1.536)		l)
Provisão para contingências	31.822	(31.822)		m)
Patrimônio líquido	805.905		805.905	
Capital social	422.280		422.280	
De domiciliados no país	422.503	(422.503)		
(-) Capital a realizar	(223)	223		
Reserva de Sobras			357.219	n)
Reserva legal	185.315	(185.315)		n)
Reserva de Contingências	171.905	(171.905)		n)
Sobras acumuladas	26.405		26.405	
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.441.928		5.441.928	



DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS	2020			
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentando	
Ingressos e Receitas da Intermediação Financeira	391.456		391.456	
Operações de Crédito	342.202		342.202	
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	18.685		18.685	
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	6.576		6.576	
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	23.993		23.993	
Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira	(245.705)		(245.705)	
Operações de Captação no Mercado	(70.818)		(70.818)	
Operações de Empréstimos e Repasses	(48.593)		(48.593)	
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(126.294)		(126.294)	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	145.751		145.751	
Outros Ingressos e Receitas / Dispêndios e Despesas Operacionais	(83.622)	(14.001)	(69.621)	a)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	15.830		15.830	
Rendas de Tarifas	9.846		9.846	
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(61.881)		(61.881)	
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(54.943)		(54.943)	
Dispêndios e Despesas Tributárias	(1.959)		(1.959)	
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	60.444	4.692	55.752	a)
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	(32.266)		(32.266)	
Despesas (Dispêndios) de Provisão para Garantias Prestadas	(18.693)	(18.693)		a)
Outros Ingressos e Receitas e Despesas	(8.968)	8.968		b)

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS	2020			
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentando	
Provisões		14.001	(14.001)	a)
Provisões/Reversões para Contingências				
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		14.001	(14.001)	a)
Resultado Operacional	53.161		62.129	
Outras Receitas e Despesas		(8.968)	(8.968)	b)
Ganhos de Aluguéis		57	57	b)
Reversão de Provisões não Operacionais				
Outras Rendas não Operacionais		218	218	b)
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens				
(-) Despesas de Provisões não Operacionais		(9.103)	(9.103)	b)
(-) Outras Despesas não Operacionais		(140)	(140)	b)
Sobras ou Perdas Antes da Tributação e Participações	53.161		53.161	
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.986)		(1.986)	
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperados			(1.232)	
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperados			(754)	
Sobras ou Perdas do Período antes das destinações	51.175		51.175	

As reapresentações acima descritas não resultaram em qualquer modificação nos saldos totais de ativos, passivos ou patrimônio líquido ou nas Sobras líquidas apuradas no exercício findo em 2020.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	2020			
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentando	
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Sobras do exercício antes das destinações e do JCP	51.175		51.175	
Ajustes				
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		(1.364)	(1.364)	
Distribuição de Sobras e Dividendos		(4.064)	(4.064)	
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	126.294		126.294	
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		14.001	14.001	b)
Provisões/Reversões Não Operacionais		9.103	9.103	b)
Provisões/Reversões para Contingências	15.700	(15.700)		b)
Depreciações e Amortizações	5.545		5.545	
Ganhos na venda de bens não de uso próprio	(1.686)	1.686		c)
Juros sobre a venda de bens não de uso próprio	(4.672)	4.672		c)
Desvalorização de outros valores e bens	9.103	(9.103)		c)
Desvalorização de títulos e valores mobiliários	252	(252)		c)
	201.712	(1.562)	200.150	
Variações nos ativos e passivos				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(27.297)	(27.297)	d)
Títulos e valores mobiliários	709.372	27.550	736.922	d)
Operações de crédito	(802.153)		(802.153)	
Outros Ativos Financeiros		22.913	22.913	e)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(274)	(274)	e)
Outros Ativos		8.681	8.681	e)
Outros bens e valores a receber	18.591	(18.591)		
Depósitos à vista, a prazo e sob aviso	945.823		945.823	
Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	54.785		54.785	
Obrigações por empréstimos e repasses	344.949		344.949	
Outros Passivos Financeiros		11.077	11.077	c)
Provisões		1.699	1.699	c)
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		(895)	(895)	c)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	2020			
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentando	
Outros Passivos		(9.930)	(9.930)	c)
Outros créditos	19.810	(19.810)		c)
Depósitos judiciais	(723)	723		c)
Relações de interdependência	(3)	3		c)
Obrigações sociais e estatutárias	1.664	(1.664)		c)
Outras obrigações	6.578	(6.579)		c)
Caixa proveniente das operações	1.500.405	(13.956)	1.486.450	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.986)		(1.986)	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.498.419	(13.956)	1.484.464	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aporte de capital em investimentos	(6.492)	6.492		f)
Aquisição de Investimentos		(6.492)	(6.492)	f)
Recebimentos de investimentos	5.969	(5.969)		a)
Distribuição de Dividendos		3.821	3.821	a)
Distribuição de Sobras da Central		784	784	a)
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		1.364	1.364	a)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(34.100)	2.697	(31.403)	
Aquisição de Intangível	(892)	(2.634)	(3.526)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(35.515)	63	(35.452)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Admissões e retiradas de cooperados, líquidas	28.012	(28.012)		h)
Sobras distribuídas	(11.564)	11.564		
Aumento por novos aportes de Capital		62.241	62.241	h)
Devolução de Capital a Cooperados		(33.884)	(33.884)	h)
Distribuição de sobras para associados		(8.149)	(8.149)	
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		10.131	10.131	
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	16.448	13.891	30.339	
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.479.352		1.479.352	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	51.782		51.782	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.531.134		1.531.134	



2.4. Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração da Cooperativa está atenta aos potenciais impactos econômicos provenientes da pandemia provocada pela COVID-19. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, a Administração não identificou impactos materiais em suas demonstrações financeiras causados pela pandemia.

Na data em que foi autorizada a emissão dessas demonstrações financeiras, a administração da Cooperativa avaliou e entendeu que não havia incertezas relevantes que pusessem em dúvida a sua capacidade de operação futura, bem como não identificou qualquer situação que pudesse afetar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 decorrentes dos possíveis impactos da COVID-19.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível ou causar impactos substanciais em sua estrutura financeira, assim como não causou impacto material nesses últimos dois anos. A Cooperativa junto a seus cooperados, colaboradores e a comunidade, continua fazendo a sua parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações dos órgãos de Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

2.5. Descrição das principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus cooperados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não cooperados.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos



ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICCOB São Paulo e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e recursos de aceite e emissão de títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si e, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo, e estão classificados no ativo realizável a longo prazo, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.535, revogada pela Resolução CMN nº 3.823.

t) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 365 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

x) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.



Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

*Valores em milhares de reais

	2021	2020
Disponibilidades	11.784	10.663
Relações interfinanceiras (i)	2.265.591	1.520.471
	2.277.375	1.531.134

i) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB SP conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, com remuneração de 100% do CDI, com liquidez imediata, os quais resultaram, no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, em ingressos no montante de R\$ 71.997 e R\$ 94.567 (2020 – R\$ 14.394 e R\$ 18.685), respectivamente.

4. Aplicações interfinanceiras de liquidez

*Valores em milhares de reais

MODALIDADE	2021	2020
Ligadas (i)	484.245	266.101
Não ligadas		429
	484.245	266.530
Ativo circulante	(484.245)	(266.101)
Ativo não circulante		429

(i) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no BANCOOB com remuneração média de 96% do CDI (2020 – 96 % do CDI).

5. Títulos e Valores Mobiliários

*Valores em milhares de reais

MODALIDADE	2021	2020
Recibo de Depósito Cooperativo - RDC (i)	96.308	115.052
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (ii)	33.791	45.302
Obrigações do Tesouro Nacional	17.467	31.290
Cotas de Fundo em Participações - FIP (iii)		19.573
Cotas de Fundo Imobiliário (iv)	34.657	
	182.223	211.216
Ativo circulante	(41.077)	(60.642)
Ativo não circulante	141.146	150.574

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(i) Os Recibos de depósito cooperativos - RDC referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras mantidas na Sicoob São Paulo com remuneração média de 107% do CDI. (2020 – 107% do CDI)

(ii) Os Certificados de recebíveis do agronegócio – CRA possuem remuneração média de 7,11 % a.a. (2020 – 5,41 % a.a.).

(iii) O Fundo de investimento em participações – FIP, investe na Dercoc Empreendimentos Imobiliários Ltda. Essa companhia possui por propósito específico o planejamento, a promoção, o desenvolvimento, a venda e a entrega do empreendimento imobiliário, a ser desenvolvido na cidade de Ribeirão Preto.

(iv) O Fundo Imobiliário Coopbens foi criado pela Cooperativa com finalidade de viabilizar o processo de venda de bens não de uso próprio. A remuneração desse fundo ocorre com a valorização de suas quotas decorrente do resultado apurado na venda dos bens. Com a criação desse fundo a estrutura que estava no Fundo de investimento em participações – FIP foi transferida para o fundo imobiliário, sendo encerrado o FIP.

Os títulos e valores mobiliários estão custodiados na CETIP, no SELIC e as operações com o BANCOOB e Sicoob São Paulo são mantidas pelos respectivos administradores.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os títulos e valores mobiliários foram contratados com prazo de resgate superior a 90 dias. Os títulos e valores mobiliários classificados no ativo realizável a longo prazo têm sua realização prevista substancialmente para 2023.

6. Operações de crédito

6.1 Composição da carteira por modalidade

*Valores em milhares de reais

MODALIDADE	2021	2020
Adiantamentos a depositantes	4.051	1.903
Cheque especial e conta garantida	139.783	63.420
Empréstimos e financiamentos	2.122.783	1.845.190
Títulos descontados	76.714	1.391.953
Financiamentos rurais	1.844.514	67.856
	4.187.845	3.370.322
Provisão para perdas com operações de crédito (Nota 6.5)	(281.215)	(243.252)
	3.906.630	3.127.070
Ativo circulante	(1.867.983)	(1.446.183)
Ativo não circulante	2.038.647	1.680.889

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



6.2 Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN n° 2.682/1999

NÍVEL DE RISCO	PERCENTUAL	SITUAÇÃO	2021				2020		
			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total	Provisões	Total	Provisões
AA	0,5%	Normal	15.951	2.621	35.894	54.466		456.809	
A	1%	Normal	643.159	76.164	1.262.753	1.982.075	(9.910)	1.289.354	(6.447)
B	1%	Normal	625.339	74.949	395.763	1.096.052	(10.961)	669.891	(6.699)
B	3%	Vencidas	242			242	(2)	1.543	(15)
C	3%	Normal	400.607	75.290	128.467	604.363	(18.131)	474.261	(14.228)
C	10%	Vencidas	2.699	216	533	3.447	(103)	874	(26)
D	10%	Normal	139.787	16.248	8.313	164.348	(16.435)	202.347	(20.235)
D	30%	Vencidas	5.209	924	1.083	7.215	(722)	5.594	(559)
E	30%	Normal	45.865	1.771	2.692	50.328	(15.098)	60.674	(18.202)
E	50%	Vencidas	1.802	40	325	2.166	(650)	8.866	(2.660)
F	50%	Normal	17.417	369	1.397	19.183	(9.591)	33.692	(16.846)
F	70%	Vencidas	1.637	4		1.640	(820)	10.185	(5.093)
G	70%	Normal	10.905	132	60	11.097	(7.768)	7.661	(5.363)
G	100%	Vencidas	461	127	71	659	(461)	5.634	(3.944)
H	100%	Normal	119.694	1.948	3.728	125.370	(125.370)	83.058	(83.058)
H	100%	Vencidas	59.903	1.853	3.435	65.191	(65.191)	59.877	(59.877)

Total Normal	2.018.726	249.491	1.839.067	4.107.284	(213.265)	3.277.748	(171.077)
Total Vencidos	71.952	3.163	5.447	80.561	(67.950)	92.574	(72.174)
Total Geral	2.090.678	252.654	1.844.514	4.187.845	(281.215)	3.370.322	(243.251)
Provisões	(247.451)	(9.825)	(23.940)	(281.215)		(243.252)	
Total Líquido	1.843.227	242.829	1.820.574	3.906.630		3.127.070	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

6.3 Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica

Descrição	2021				% da Carteira
	Empréstimos TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total	
Setor Privado - Comércio	329.770	39.610	92.295	461.675	11%
Setor Privado - Indústria	202.378	11.067	287.640	501.086	12%
Setor Privado - Serviços	694.808	106.534	103.885	905.228	22%
Pessoa Física	776.574	71.719	1.182.253	2.030.547	48%
Outros	87.145	23.723	178.442	289.309	7%
TOTAL	2.090.676	252.654	1.844.514	4.187.845	100%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

6.4 Operações de crédito de longo prazo, por ano de vencimento

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2021	2020
2022		737.096
2023	965.521	453.031
2024	509.849	289.666
2025	328.794	148.881
2026 a 2027	234.483	52.215
	2.038.647	1.680.889

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

6.5 Movimentação da provisão para perdas com operações de crédito

	2021	2020
Saldo inicial	243.252	161.863
(-) Créditos baixados para prejuízo	(67.592)	(44.685)
Provisão constituída no exercício	264.387	300.773
(-) Reversão da provisão	(158.832)	(174.699)
Saldo final	281.215	243.252

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



6.6 Concentração dos Principais Devedores

Descrição	2021		2020	
	Valor	% Carteira	Valor	% Carteira
Maior Devedor	70.911	2%	43.527	1%
10 Maiores Devedores	454.087	11%	331.686	10%
50 Maiores Devedores	1.224.232	29%	983.981	29%

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

6.7 Recuperação de créditos anteriormente baixados

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas montou a R\$ 33.612 no exercício findo em 31 de dezembro 2021 (2020 - R\$ 33.876), e foi registrada em contrapartida de "Ingressos de intermediação financeira – Operações de crédito" outros ingressos operacionais.

7. Outros Ativos Financeiros

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

	2021	2020
Avais e Fianças Honrados (i)	3.506	1.278
Rendas a Receber (ii)	1.537	918
Devedores por Compra de Valores e Bens (iii)	65.703	65.859
Títulos e créditos a receber (iv)	14.578	13.243
Depósitos em garantia (v)	14.313	13.082
Saldo final	99.637	94.380
Provisão para perdas (Nota 7.1)	(18.445)	(11.344)
	81.192	83.036
Ativo circulante	(17.976)	(25.616)
Ativo Não Circulante	63.216	57.420

(i) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de cooperados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;

(ii) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito e rendas de serviços de convênios a receber;

(iii) Em Devedores por Compra de Valores e Bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens recebidos como pagamento de dívida;

(iv) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas no montante de R\$ 441 (2020 - 412) e Títulos e Créditos vinculados a produtos no montante de R\$ 14.136 (2020 - R\$ 12.830), oriundos de renegociações de operações de crédito.

(v) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais, referente a processos discutidos pela Cooperativa

7.1 Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros Ativos Financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999

Nível de Risco	Percentual	Situação	2021				2020		
			Outros créditos	Avais e Finanças	Devedores por compra de valores e bens	Total	Provisões	Total	Provisões
AA	-	Normal						5.644	
A	0,5%	Normal	865		10.400	11.265	(56)	35.522	(178)
B	1%	Normal			40.215	40.215	(402)	1.963	(20)
C	3%	Normal			3.580	3.580	(107)	8.929	(268)
D	10%	Normal			9.057	9.057	(906)	10.966	(1.097)
E	30%	Normal	2.734			2.734	(820)	9.840	(2.952)
E	30%	Vencidas		397		397	(119)	92	(27)
F	50%	Vencidas		88		88	(44)	135	(68)
G	70%	Normal						362	(254)
G	70%	Vencidas		62		62	(44)	108	(76)
H	100%	Normal	5.276			5.276	(5.276)	5.463	(5.463)
H	100%	Vencidas	5.261	2.959	2.450	10.670	(10.670)	943	(943)
Total Normal			8.876		63.252	72.128	(7.568)	78.690	(10.231)
Total Vencidos			5.261	3.506	2.450	11.217	(10.876)	1.278	(1.114)
Total Geral			14.136	3.506	65.703	83.345	(18.445)	79.968	(11.344)
Provisões			(11.361)	(3.165)	(3.918)	(18.445)		(11.344)	
Total Líquido			2.775	340	61.785	64.900		68.623	

**7.2 Movimentação da provisão de Outros Ativos Financeiros**

	2021	2020
Saldo inicial	11.344	13.981
(-) Créditos baixados para prejuízo	(2.206)	(2.856)
Provisão constituída no exercício	13.055	5.596
(-) Reversão efetuada no exercício	(3.748)	(5.377)
Saldo final	18.445	11.344

8. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica estava composta de impostos e contribuições a compensar referente ao recebimento de comissionamento de produtos.

	2021	2020
Impostos e Contribuições a Compensar	1.369	709
Ativo circulante	(1.369)	(709)
Ativo Não Circulante		

9. Outros Ativos

	2021	2020
Adiantamentos e Participações Salariais	1	2
Adiantamentos para Pagamento de Nossa Conta (i)	955	1.408
Devedores Diversos País (ii)	535	788
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos (iii)	10.719	50.422
Material em Estoque	199	50
Despesas Antecipadas (iv)	118	87
Ativo circulante	(9.182)	(2.336)
Ativo Não circulante	3.345	50.421

(i) Os Adiantamentos para Pagamento de Nossa Conta referem-se a adiantamentos a fornecedores;

(ii) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar;

(iii) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados para essa rubrica em 2021 por força da Carta Circular BCB 3.994/2019. Em 2021, o saldo apresentado está líquido de provisão de R\$ 599 (2020 - R\$ 9.218);

(iv) As despesas antecipadas, referem-se aos prêmios de seguros.

10. Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do Sicoob SP e ações do Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob (Instituição Financeira Controlada por Cooperativas de Crédito), conforme demonstrado:

	2021	2020
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo	66.820	51.509
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB	66.950	59.223
Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo - COPERCANA	86	83
Outros	38	38
	133.894	110.852

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Sicoob Cocred efetuou aporte de capital no montante de R\$ 15.311 e R\$ 7.727, na Sicoob São Paulo e no BANCOOB, respectivamente (2020 - R\$ 2.650, R\$ 3.820, na Sicoob São Paulo e no BANCOOB respectivamente).

Em 2021, foram distribuídas sobras nos montantes de R\$ 4.054 e R\$ 1.442 pela Sicoob São Paulo, e BANCOOB, respectivamente (2020 - R\$ 2.148 e R\$ 3.821 pela Sicoob São Paulo, e BANCOOB respectivamente).

11. Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:



	2021			2020			%
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	
Móveis, utensílios e equipamentos	15.260	(3.784)	11.476	8.041	(3.293)	4.748	10
Sistemas de comunicação	353	(58)	295	145	(43)	102	10
Equipamentos de processamento de dados	16.207	(6.851)	9.356	10.000	(5.532)	4.468	20
Veículos	1.239	(714)	526	1.076	(658)	418	20
Sistemas de vigilância	3.044	(1.238)	1.807	1.652	(1.143)	509	20
Instalações	35.197	(17.914)	17.283	26.839	(15.437)	11.402	20
Edificações (i)	38.592	(199)	38.394				4
Terrenos	8.252		8.252				
Obras em andamento	210		210	34.019		34.019	
	118.354	(30.757)	87.597	81.772	(26.106)	55.666	

(i) Em 2021, foi finalizada a construção de uma nova sede da Cooperativa. As imobilizações em curso foram alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

12. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

	2021			2020		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Softwares e Licenças	13.694	(8.624)	5.070	9.778	(6.821)	2.957

13. Depósitos à vista, a prazo e sob aviso

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos cooperados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis".

	2021	2020
Depósitos à vista	624.790	546.591
Depósitos sob aviso e a prazo	2.883.323	2.222.714
	3.508.113	2.769.305

Os depósitos à vista não são remunerados e os depósitos sob aviso e a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Estão garantidos até o limite de R\$ 250 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop). Este fundo tem como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo e as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN 4.150/2012. O estatuto e o regulamento do FGCoop foram aprovados pela resolução 4.284/2013 e sua contribuição mensal, calculada com base na carteira de depósitos, é classificada como dispêndios de operações de captação no mercado.

13.1 Concentração dos principais depositantes

Descrição	2021		2020	
	Valor	% carteira	Valor	% carteira
Maior Depositante	198.833	6%	97.527	4%
10 Maiores Depositantes	696.255	20%	530.872	19%
50 Maiores Depositantes	1.482.872	42%	1.138.111	41%

13.2 Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2021		2020	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio				(12)
Despesas de Depósitos a Prazo	(87.323)	(119.841)	(20.796)	(47.664)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(22.983)	(30.772)	(6.850)	(18.492)
Despesas De Letras De Crédito do Imobiliário	(8.276)	(10.711)	(419)	(419)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(3.229)	(5.923)	(2.353)	(4.243)
	(121.811)	(167.247)	(30.418)	(70.818)



14. Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04).

Modalidade	2021	2020
LCA	796.628	570.457
LCI	237.781	132.053
	1.034.408	702.510

Conforme Lei nº 11.076, esses títulos são isentos de imposto de renda para as pessoas físicas e também são garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop – Nota 12).

15. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos cooperados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos cooperados beneficiados.

Modalidade	Encargo financeiros (Taxa Anual)	2021			2020		
		Repasses Interfinanceiros	Repasses de outras instituições	Total	Repasses Interfinanceiros	Repasses de outras instituições	Total
Empréstimos	7% à 10,80%	25.187		25.187	28.616		28.616
Securitização	3,00%		1.575	1.575		1.941	1.941
Custeio Agrícola	3,00% à 5,99%	84.255		84.255	165.465		165.465
	6,00% à 6,99%	196.995		196.995	314.945		314.945
	7,00% à 7,99%	428.304		428.304	30.043		30.043
	8,00% à 8,99%	36.869		36.869	59.311		59.311
	9,00% à 9,99%	15.566		15.566	12.991		12.991
	10,17% à 12,80%	29.599		29.599	8.701		8.701
	CDI + 0,82% à 1,69%	737.141		737.141	414.303		414.303
Total	Vencidas	1.553.916	1.575	1.555.491	1.034.376	1.941	1.036.317
Passivo circulante	Normal	(733.360)		(733.360)	(557.540)		(557.540)
Passivo não circulante	Vencidas	820.556	1.575	822.132	476.836	1.941	478.777

Os montantes de longo prazo possuem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2021	2020
2022		227.935
2023	355.126	44.042
2024	45.905	50.052
2025	127.212	130.767
2026	218.784	889
2028	36.123	
2029	19.904	20.016
2030	4.582	5.076
2031	14.496	
	822.132	478.777

16. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos cooperados, por sua ordem.

	2021	2020
Recurso em Trânsito de Terceiros (i)	27.121	26.996
Obrigações por aquisições de bens e direitos (ii)	3.891	5.894
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados (iii)	3.330	26
Passivo circulante	34.342	32.916
Passivo não circulante	(34.342)	(32.917)

(i) Recursos em Trânsito de Terceiros refere-se a valores a repassar relativos a Convênios;

(ii) Obrigações por aquisição de bens e direitos referem-se aos valores à pagar de fornecedores e obrigações em nome de terceiros (conta salário) de empresas Cooperadas.

(iii) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos.



	2021	2020
Provisões para garantias financeiras prestadas (i)	13.536	17.427
Provisão para Contingências (ii)	16.038	14.395
	29.574	31.822

(i) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(ii) Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de determinadas questões em discussão judicial e administrativa, o Sicoob Cocred, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém provisão para contingências tributárias e trabalhistas, classificadas como de risco provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável dessas questões.

17.2 Provisões para contingências

Nas datas das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos relacionados às contingências:

	2021	2020
Tributárias	13.919	12.668
Cíveis	1.823	1.179
Trabalhistas	295	548
Outros	1	
	16.038	14.395

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais e previdenciárias classificadas no passivo, estão assim compostas:

	2021	2020
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	139	40
Impostos de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	121	30
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.673	1.312
Contribuição Previdenciária - INSS	1.035	1.020
Programa de Integração Social - PIS	25	40
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	121	78
Imposto sobre Serviços - ISS	82	66
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	300	268
Outros	15	14
	4.513	2.868

19. Outros Passivos

	2021	2020
Fates - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	11.654	14.195
Cotas de capital a pagar (ii)	22.892	17.269
Obrigações de pagamentos em nome de terceiros	4.089	3.853
Provisão para pagamentos a efetuar (iii)	25.093	20.976
Cheques Administrativos		70
Credores Diversos - País (iv)	3.746	3.922
	67.474	60.285
Passivo circulante	(66.194)	(58.749)
Passivo não circulante - Cotas de capital a pagar	1.280	1.536

(i) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme Estatuto Social. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.



(ii) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os cooperados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(iii) Provisão para Pagamentos a Efetuar refere-se a provisão de Despesas de pessoal, aluguéis de imóveis e valores a pagar de cartões e transações intercooperativas;

(iv) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar do Banco Sicoob, Saldos Credores de renegociação de dívidas, Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação e Credores Diversos-Liquidação Cobrança.

20. Instrumentos Financeiros

A Sicoob Cocred opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, LCAs, LCIs e empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital é representado por quotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

21.2 Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da Cooperativa e com a Lei nº 5.764/71, quando do encerramento do exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, a sobra líquida apurada terá a seguinte destinação:

	2021	2020
Sobras líquidas do exercício, base de cálculo das destinações	103.883	51.175
Destinações estatutárias:		
Juros sobre o capital integralizado	(20.358)	(10.786)
FATES - lucro de operações realizadas com não cooperados	(4.818)	(5.651)
Reserva legal - 35 % (2021) e 25% (2020)	(22.022)	(8.685)
FATES - Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(3.146)	(1.737)
Despesas absorvidas com a Reserva legal (Nota 21.4)		2.089
Sobras do exercício à disposição da Assembleia Geral	53.539	26.405

• 35% do resultado de operações com cooperados para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, conforme alteração na última Assembleia Geral Ordinária de 25 de março de 2021.

• 5% do resultado de operações com cooperados para o Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Sicoob Cocred;

• Juros sobre o capital integralizado de até o limite do índice percentual da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação de Custódia - SELIC;

Além destas destinações, a Lei no. 5.764/71 prevê (i) que os resultados positivos das operações com atos não-cooperados serão destinados ao Fundo de assistência técnica, educacional e social – FATES; (ii) que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da Reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os cooperados e (iii) que a Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

21.3 Aprovação das destinações

As destinações das sobras dos exercícios sociais de 2020 e de 2019 foram aprovadas nas assembleias gerais ordinárias realizadas em 25 de março de 2021 e 29 de junho de 2020, respectivamente.

Na Assembleia Geral Ordinária de 25 de março de 2021, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para reserva legal, no montante de R\$ 5.281, para FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, no montante de R\$ 5.281, para Capital social, no montante de R\$ 8.112 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 7.730, foi distribuído aos cooperados.

Adicionalmente, na Assembleia Geral Ordinária de 29 de junho de 2020, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para reserva legal, no montante de R\$ 10.000, para FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, no montante de R\$ 3.415, para Capital social, no montante de R\$ 5.433 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 8.149, foi distribuído aos cooperados.

21.4 Realização da Reserva legal

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Cooperativa deixou de utilizar a Reserva Legal para suprir as despesas com bens e serviços diretamente relacionados à expansão geográfica dos serviços da Sicoob Cocred, bem como os custos de melhorias e benfeitorias necessárias para o aumento da capacidade operacional da Sicoob Cocred, além de sua utilização para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 64 do Estatuto Social da Sicoob Cocred conforme aprovação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2010.



21.5 Fundo de Reserva de Contingência Fiscal

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de outubro de 2019, foi aprovada a criação do Fundo Reserva de Contingência Fiscal a ser constituído com os valores retidos das aplicações financeiras dos cooperados, os quais foram levantados em favor da Sicoob Cocred como resultado do êxito em ação judicial.

Esse Fundo de Reserva tinha como objetivo resguardar a Sicoob Cocred dos efeitos negativos decorrentes da eventual proposição de ação rescisória pela União, que pode ocorrer no período de dois anos após o trânsito em julgado da ação.

Conforme definido previamente no regulamento do fundo, na Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 25 de março de 2021, foi deliberado a transferência dos recursos do fundo para Reserva Legal.

Os recursos que eram mantidos no referido fundo foram originados em ação judicial em que a Sicoob Cocred questionava judicialmente a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras auferidos por seus associados nas operações realizadas com a Cooperativa. Durante o período da discussão judicial, a Cooperativa vinha registrando as correspondentes obrigações, bem como efetuando depósitos judiciais, relacionados a esse assunto.

Os valores retidos dos cooperados foram depositados judicialmente no período de 1999 até o primeiro decêndio do mês março de 2019, quando houve decisão do Superior Tribunal de Justiça – STJ, sobre o Recurso Especial N° 1741047/SP na qual registra o trânsito em julgado, datado em 11 de março de 2019, favorável a Sicoob Cocred, concluindo pela não incidência de imposto de renda nos resultados positivos auferidos pelos cooperados em operações realizadas com a Sicoob Cocred e determinando o levantamento dos referidos montantes depositados judicialmente. Nessa oportunidade, com base na opinião de seus consultores jurídicos que entendem não mais haver o risco de provável perda da referida ação, a Sicoob Cocred reverteu a provisão mantida para esse tema contra o Fundo de Reserva de Contingência Fiscal (“Fundo de Reserva”). Essa reversão foi no montante de R\$ 171.905, que corresponde ao valor da provisão constituída, líquida dos honorários advocatícios. A administração da Cooperativa entende que não há a incidência de juros sobre o referido montante após a sua reversão para o referido Fundo de Reserva, conforme regulamento desse fundo.

Naquela oportunidade, apesar de os assessores tributários da Sicoob Cocred entenderem que os cooperados foram os beneficiários do resultado dessa ação, a administração da Sicoob Cocred, com base em orientações recebidas do Sicoob São Paulo, entendeu ser adequada a reversão da provisão para contingência em contrapartida do referido Fundo de Reserva, o qual compõe o patrimônio líquido da Sicoob Cocred. Dessa forma, com a deliberação da AGO realizada em março de 2021, houve a transferência do montante entre as reservas do patrimônio líquido.

22. Receitas de Operações de Crédito

	2021		2020	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.143	2.005	1.830	3.383
Rendas de Empréstimos	125.867	222.831	92.560	184.701
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	6.921	13.186	6.033	12.951
Rendas de Financiamentos	12.691	21.466	8.812	14.119
Rendas de Rurais - Recursos Livres	5.502	10.494	2.766	7.593
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados à Vista	9.022	14.254	5.588	16.063
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	43.454	68.074	19.234	29.443
Rendas de Rurais - Recursos Direcionados de LCA	13.714	25.139	15.140	39.798
Rendas de Rurais - Recursos de Fontes Públicas	451	457	91	242
Rendas de Créditos Por Avais E Fianças Honrados		1	19	33
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	13.611	33.613	26.491	33.876
	232.376	411.520	178.564	342.202

23. Dispendios e Despesas da Intermediação Financeira

	2021		2020	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Despesas De Captação	(121.811)	(167.247)	(30.418)	(70.818)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos e Repasses	(48.124)	(75.547)	(23.151)	(48.593)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	70.518	158.832	113.243	174.699
Reversões de Provisões para Outros Créditos	2.334	3.748	1.830	5.377
Provisões para Operações de Crédito	(123.213)	(264.387)	(155.803)	(300.773)
Provisões para Outros Créditos	(6.558)	(13.054)	(4.057)	(5.597)
	(226.854)	(357.655)	(98.356)	(245.705)

**24. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços**

	2021		2020	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Rendas de Cobrança	3.456	6.810	3.444	6.493
Rendas de Garantias Prestadas	35	639	101	101
Rendas de Outros Serviços	9.703	11.421	1.692	9.236
	13.194	18.870	5.237	15.830

25. Rendas de Tarifas

	2021		2020	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	961	1.900	921	1.848
Rendas de Serviços Prioritários - PF	539	1.100	698	1.339
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	3.451	6.585	3.397	6.659
	4.951	9.585	5.016	9.846

26. Dispêndios e Despesas de Pessoal

	2021		2020	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(93)	(184)	(89)	(182)
Despesas de Honorários Diretoria e Conselho de Administração	(1.962)	(4.816)	(2.542)	(4.233)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(6.313)	(13.775)	(8.308)	(16.090)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(6.051)	(11.874)	(5.477)	(10.519)
Despesas de Pessoal - Proventos	(17.517)	(34.049)	(15.581)	(30.349)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(294)	(562)	(261)	(508)
	(32.230)	(65.260)	(32.258)	(61.881)

27. Dispêndios e Despesas de Pessoal

	2021		2020	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Despesas de Água, Energia e Gás	(1.136)	(1.913)	(654)	(1.289)
Despesas de Aluguéis	(3.326)	(6.381)	(2.577)	(5.063)
Despesas de Comunicações	(1.874)	(3.738)	(1.694)	(3.378)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(2.056)	(3.409)	(1.097)	(2.154)
Despesas de Material	(566)	(827)	(300)	(539)
Despesas de Processamento de Dados	(2.119)	(4.007)	(1.601)	(3.531)
Despesas de Promoções e Relações Públicas				(596)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(2.549)	(5.249)	(2.186)	(3.745)
Despesas de Publicações		(86)	(4)	(78)
Despesas de Seguros	(114)	(214)	(96)	(190)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(4.739)	(7.958)	(2.940)	(6.235)
Despesas de Serviços de Terceiros	(1.792)	(3.388)	(1.097)	(2.103)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(2.928)	(5.196)	(2.070)	(4.209)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(4.899)	(10.085)	(4.619)	(8.492)
Despesas de Transporte	(1.016)	(1.878)	(1.226)	(2.390)
Despesas de Viagem no País	(223)	(400)	(146)	(269)
Despesas de Amortização	(1.101)	(2.053)	(835)	(1.466)
Despesas de Depreciação	(2.969)	(5.260)	(2.203)	(4.079)
Outras Despesas Administrativas	(2.300)	(4.056)	(2.891)	(5.137)
	(35.707)	(66.098)	(28.236)	(54.943)

**28. Outros Ingressos e Receitas Operacionais**

	2021		2020	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Dividendos		1.442		3.821
Distribuição de sobras		1.538		784
Rendas de Repasses Interfinanceiros		1.774	741	1.506
Outras rendas operacionais	1.035	27.390	35.387	43.635
Rendas oriundas de cartões de crédito e aquisição	10.106	5.693	2.095	4.644
Juros ao Capital Recebidos	2.517	2.516	1.364	1.362
	16.689	40.353	39.587	55.752

29. Outros Dispendios e Despesas Operacionais

	2021		2020	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Descontos Concedidos em Renegociações	(2.912)	(3.645)	(4.633)	(6.286)
Outras Despesas Operacionais	(4.068)	(7.210)	(18.553)	(25.058)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(344)	(678)	(401)	(664)
Outras Contribuições Diversas	(27)	(31)		
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(488)	(671)	(54)	(84)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais		(35)	(41)	(46)
Perdas - Fraudes Externas	(94)	(646)	(14)	(14)
Perdas - Práticas Inadequadas	(11)	(13)	(2)	(2)
Perdas - Danos a Ativos Físicos			(2)	(2)
Perdas - Falhas em Sistemas de TI	(2)	(18)		
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(192)	(211)	(110)	(110)
	(8.138)	(13.158)	(23.810)	(32.266)

30. Despesas com Provisões

	2021		2020	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Provisões para Demandas Trabalhistas	(25)	(55)		
Provisões para Contingências	(260)	(690)		
Provisões para Garantias Prestadas	(4.836)	(8.945)	(14.401)	(18.693)
Reversões de Provisões para Garantias Prestadas	8.852	12.836	2.744	4.692
	3.731	3.146	(11.657)	(14.001)

31. Outras Receitas e Despesas

	2021		2020	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Ganhos de Aluguéis	48	95	42	57
Reversão de Provisões não Operacionais		842		
Outras Rendas não Operacionais	2.629	2.629		218
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(472)	(472)		
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	(73)	(238)	(9.103)	(9.103)
(-) Outras Despesas não Operacionais	(68)	(106)	(93)	(140)
	2.064	2.750	(9.154)	(8.968)

32. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, no exercício de 2021, foram identificados os eventos considerados “resultados não recorrentes” conforme a seguir:

	2021		2020	
	2º Semestre	Exercício	2º Semestre	Exercício
Venda de Ativos não financeiros	(472)	(617)		
Desvalorização de Ativos não financeiros	(73)	603		
Resultado com Fundos de Investimentos	(512)	(512)		
	(1.057)	(526)		



33. Partes relacionadas

33.1 Pessoal-chave da administração

33.1.1 Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, montaram a R\$ 4.999 (2020 - R\$ 4.415).

33.1.2 Saldos e transações com o pessoal-chave da administração

		2021	2020
a)	Principais saldos		
	Ativo		
	Operações de crédito - circulante	29.525	27.417
	Operações de crédito - não circulante	44.257	46.975
	Passivo		
	Depósitos a vista e a prazo	251.218	136.246
	LCA	11.539	9.698
	Patrimônio líquido		
	Capital social	25.104	23.408
b)	Principais operações		
	Ingresso com operações de crédito	5.751	6.302
	Ingresso com outros créditos		61
	Dispêndio com captação	6.105	2.918

As operações de crédito, as LCAs e os depósitos à vista e sob aviso são realizados nas mesmas condições que as operações realizadas com os demais cooperados.

34. Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

A Sicoob Cocred, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

34.1 Atribuições estatutárias

O Sicoob São Paulo tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômicos financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas emitidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob São Paulo a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação de suas filiadas, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

34.2 Saldos e transações com o Sicoob São Paulo

34.2.1 Principais Saldos

	2021	2020
Principais saldos		
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras (Nota 3)	2.265.591	1.520.471
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	96.308	115.052
Ativo não circulante		
Quotas de capital (Nota 10)	66.820	51.509
Ingressos de títulos e valores mobiliários	4.946	10.997
Ingresso de depósitos intercooperativos	94.567	18.685
Distribuição de sobras	4.054	2.148

O Sicoob Cocred responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob São Paulo perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

35. Gerenciamento de riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.



A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

35.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

35.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.



35.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcam e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

35.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:
limite mínimo de liquidez;
fluxo de caixa projetado;
aplicação de cenários de estresse;
definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.



35.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

- a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;
- b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;
- c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

35.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

35.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

Mais detalhes sobre Gerenciamento de Riscos e de Capital da SICOOB COCRED e a Tabela OVA, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site <https://relacionamento.sicoobcocred.com.br/>, seção "Gerenciamento de Riscos" / Relatório de Pilar 3.

36. Garantias

Em 31 de dezembro de 2021, a Sicoob Cocred é avalista em operações realizadas por determinados cooperados, principalmente junto ao BNDES, no montante total de R\$ 363.832 (2020 - R\$ 332.939), referentes a avais prestadas em operações de crédito de seus cooperados com instituições financeiras oficiais. A provisão para perdas é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas (Nota 17 (i)), contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682, que determina a classificação das operações por nível de risco.

37. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores, benfeitorias em propriedades de terceiros e imóveis e veículos de propriedade da Sicoob Cocred.

Ademir José Carota
Contador CRC 1SP 259963/O-8

Antonio Cláudio Rodrigues
Diretor Administrativo e Financeiro

Gabriel Jorge Pascon
Diretor de Negócios

Marcos Roberto Petri
Diretor de Crédito

Juliano dos Santos Bomfim
Diretor de Controles Internos e Riscos



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Administradores e Associados
Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito**

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito (“Sicoob Cocred”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Desvio de prática contábil – baixa de passivo em contrapartida ao patrimônio líquido

Conforme mencionado na Nota explicativa 21.5 às demonstrações financeiras, em 2019, a Sicoob Cocred procedeu a baixa de provisão para contingências em contrapartida ao Fundo de Reserva de Contingência Fiscal, no patrimônio líquido, no montante de R\$ 171.905 mil. Essa baixa corresponde ao valor líquido levantado pela Cooperativa pelo êxito em ação judicial que questionava a exigibilidade do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre os rendimentos auferidos por cooperados em aplicações financeiras mantidas na Cooperativa. Como também mencionado na referida Nota explicativa 21.5, os assessores tributários da Sicoob Cocred entendem que os cooperados foram os beneficiários do resultado dessa ação e, dessa forma, o referido montante tinha característica de obrigação a restituir aos cooperados que tiveram o imposto retido. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de março de 2021, os cooperados da Sicoob Cocred deliberaram que o referido ganho deveria ser destinado à Reserva Legal da Sicoob Cocred, extinguindo a obrigação de restituição do valor aos cooperados. Nessa ocasião, a Sicoob Cocred registrou contabilmente a transferência do referido montante entre as reservas do patrimônio líquido. Os procedimentos adotados pela Sicoob Cocred para o reconhecimento contábil desse ganho estão em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, as quais determinam que os ganhos apurados pela cooperativa sejam registrados no resultado do exercício em que ocorrerem, para posterior constituição das reservas do patrimônio líquido. Consequentemente, o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão apresentados a menor por R\$ 171.905 mil, e nas cifras comparativas, em 31 de dezembro de 2020, o passivo está apresentado a menor e o patrimônio líquido está apresentado a maior pelo mesmo montante.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sicoob Cocred, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Sicoob Cocred é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sicoob Cocred continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sicoob Cocred ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sicoob Cocred são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sicoob Cocred.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sicoob Cocred. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sicoob Cocred a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 9 de março de 2022.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F"

Luis Fernando de Souza Maranhã
Contador CRC 1SP201527/O-5



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, membros do Conselho Fiscal da SICOOB COCRED COOPERATIVA DE CRÉDITO, nos termos do estatuto social e atribuições legais, tendo examinado as demonstrações contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Sobra do Exercício relativo ao período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021, com base no parecer dos auditores independentes PricewaterhouseCoopers - PwC emitido em 09 de março de 2022 e as respectivas notas explicativas sob responsabilidade da administração, declaramos que os atos refletem fielmente as escriturações contábeis das operações no âmbito administrativo e operacional, adequados em todos os aspectos relevantes por sua materialidade e somos de parecer favorável à apreciação e aprovação deste na Assembleia Geral Ordinária.

Sertãozinho/SP, 09 de março de 2022

Marco Antonio Paschoal

Alberto Borges Junior

Nêmora Gimenes Maschietto



EXPEDIENTE

ASSESSORIA EDITORIAL

Planejamento e Marketing Sicoob Cocred

PROJETO GRÁFICO E CRIAÇÃO

Fernanda Morais Paschoalin

TIRAGEM

500 Exemplares